

Caderno de orientações para o planejamento 2023



Secretaria da
Educação



Prefeitura de
SOROCABA

**Prefeito**

Rodrigo Maganhato

Secretário

Marcio Bortolli Carrara

Gestão de Planejamento e Execução

Leandro Aparecido Soares

Coordenadoria Administrativa

Aparecida Ferreira da Silva Gutierrez

Joyce de Oliveira Campos

Gestores de Desenvolvimento Educacional

Andreia de Lima Schott Meira

Danila Paschoini Firmino

Helana Cristina Ferraz

Izaura Mendes Rosa Maganhato

Lauren Delgado Messias Cazerta

Liani de Sousa Sai G. M. da Cunha

Marilia Maria Rodrigues de Almeida Barreto

Priscila Cristina Gaspar Diogo

Gestores de Desenvolvimento**Administrativo**

Felipe Rubinato Seabra

Maria Angélica Martins Alves Porto

Paulo Bruno Pistilli Rodrigues

Thais Helena de Oliveira Moraes

Supervisores de Ensino

Ana Paula Libório Arruda

Ana Rosa Rezende

Daniela de Ávila Pereira Lourenço

Edmara Aparecida Parra Melati

Elaine Cristina Nochelli Braz

Everton de Paula Silveira

Gilsemara V. Rodrigues Almenara

Gisele C. de Almeida Santos

Jaqueline Latance Amorim Oliveira

Jessimeire Alessandra D. C. Grosso

Luiz Fábio Santos

Márcia de Fátima Delanholo Sturm

Maria Cristina Camargo

Paula de Fátima Soares

Renan Luiz Genaro

Roberta Rodrigues da Paz Oliveira

Rogéria Fernandes do Nascimento

Sara Aparecida Pereira

Solange Aparecida da Silva Brito

Uratã Alves Caldeira

Waldemar dos Santos

Divisão de Administração e Finanças

Adriani Durigan

Agnaldo Gonçalves Bento

Divisão de Alimentação Escolar

Felipe Dias Morales

Leandro Lemos da Silva

Divisão de Apoio Técnico Pedagógico

Ana Paula Fernandes

Andréia Cardoso Avallone

Auende Lorena Teodoro de Oliveira

Juliana Goya Smegal

Valéria Freitas Pereira de Souza

Divisão de Compras e Contratos

Mariana de Paula Leme Caffé

Maria Tereza Maymoni

Divisão de Educação Básica

Débora Bona Dal Pian Nunes da Silva

Dilvana Assunção Tomé Lombardi

Mellany Caroline Pires Rodrigues

Miltos Maria de Salles

Divisão de Educação Especial

Luís Carlos Soufen

Michele Regina Oliveira Loriano

Simone de Fátima dos Santos Nunes

Divisão de Gestão e Controle de Convênios

Daiane Machado

Josane Sala

Rosa Santana Aragão

Valéria Alessandra Assaf de Arruda

Divisão de Obras, Manutenção Escolar e**Apoio Logístico**

Daniela Fernandes

Denise dos Santos Vieira Campioni

Rosiane Aparecida Tenório

Vagner Brazão Avena

Vergílio Aparecido Castro

Comissão Organizadora

Ana Paula Fernandes

Ana Paula Libório Arruda

Elaine Cristina Nochelli Braz

Fani Albertoni Pizarro Ramos

Juliana Goya Smegal

Tais Cristina Klarosk

Valeria Freitas Pereira de Souza



SUMÁRIO

Apresentação	6
1. Diretrizes Estratégicas - (2021 a 2024)	7
2. Considerações sobre o Planejamento	8
3. Reuniões e Organizações	10
3.1 Reunião de Equipe e Planejamento (01 e 02/02/2023 - Não letivo)	10
3.2 Primeiro dia letivo: Escola aberta (03/02/2023)	11
3.3 Primeiros dias letivos - Acolhimento e Adaptação	12
3.4 Organização dos Horários - Educação Infantil	12
3.5 Organização dos Horários - Ensino Fundamental 1º ano	13
3.6 Reunião de Avaliação de Ensino e Aprendizagem – RAEA	14
3.7 Reunião de Avaliação e Acompanhamento na Educação Infantil	14
3.8 Reunião de Conselho de Classe/Ano/Termo	15
3.9 Reunião de Acompanhamento de Vida Escolar do Estudante (RAVEE)	16
4. Organização do Trabalho Pedagógico	17
4.1 Implementação do Currículo Paulista	17
4.2 Escolha do PNL D 2023 - Objeto 1	17
4.3 Educação Infantil	19
4.3.1 Cuidados	20
4.3.2 Documentação Pedagógica	21
4.3.3 Dados Educacionais e Atendimento da Rede - Educação Infantil	22
4.4 Ensino Fundamental	22
4.4.1 Compromisso com a Educação Integral	22
4.4.2 Compromisso com o desenvolvimento de competências	23
4.4.3 Rotina Escolar	24
4.4.4 Organização de tempos e espaços	26
4.4.5 Avaliação Diagnóstica Inicial	27
4.4.5.1 Mais orientações sobre a organização do trabalho pedagógico	27
4.4.6 Documentação Pedagógica Ensino Fundamental	27
4.4.7 Materiais de apoio para o plano de ensino e planejamento:	27
4.4.8 Dados Educacionais e de Atendimento - Ensino Fundamental	28
4.5 Educação Física	28
4.6 Educação de Jovens e Adultos - EJA	30



4.6.1 Atribuição da Carga Suplementar de Trabalho para a EJA	31
4.7 Escola em Tempo Integral - Ensino Fundamental Anos Iniciais	32
4.8 Documentos para reflexão e estudos	33
5. Formações	33
5.1 Links de Plataformas com opções para Formações de “Livre Escolha”:	35
6. Educação das Relações étnico-raciais	36
6.1 Para mais informações consulte o Calendário da Educação para as Relações Étnico-Raciais:	40
6.2 Sugestões de materiais e links para o planejamento de atividades da Educação das Relações Étnico-Raciais	40
7. Seção de Apoio aos Programas de Saúde Escolar	40
7.1 Orientações gerais da Seção de Apoio aos Programas de Saúde Escolar:	41
8. Supervisão de Ensino	41
9. Divisão de Educação Especial	42
9.1 Seção de Apoio à Equipe Multidisciplinar	42
9.2 Equipe Multidisciplinar	43
9.3 Atendimento Educacional Especializado (AEE)	44
9.4 Classe Hospitalar	46
9.5. Seção de apoio à Educação Especial	46
9.6 Profissionais de Apoio	46
9.6.1 Cuidadores(as) e técnicos(as) de enfermagem	46
9.6.2 Intérprete de Libras	46
9.6.3 Estagiários(as)	46
10. Divisão de Educação Básica	47
11. Divisão de Obras, Manutenção Escolar e Apoio Logístico	48
11.1 Seção de Apoio à Próprios Escolares	48
Programa Escola Linda de Verdade	48
11.2 Seção de Apoio Administrativo e Operacional	49
11.3 Seção de Apoio Administrativo a Equipamentos e Materiais Escolares	49
11.4 Seção de Logística e Suporte às Tecnologias Educacionais.	50
12. Divisão de Alimentação Escolar	51
12.1 Orientações gerais da Seção de Apoio à Alimentação Escolar (SAAE)	51
12.2 Cardápios	51



12.3 Alterações de cardápios	52
12.4. Cardápios Especiais	52
12.5 Mais orientações sobre Alimentação Escolar:	53
13. Programas e Projetos	54
13.1 Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	54
Objetivo do Programa	54
Condição para receber os recursos do PDDE Básico e ações agregadas	54
Informações Gerais:	55
Responsável pela emissão do cartão PDDE	55
Formas de pagamento	55
Prestação de Contas	56
Link Documentos para entregar nas prestações de contas	56
Sistema PDDE interativo	56
13.2 Fundo Rotativo da Escola (FRE)	57
13.3 Projeto Oficinas de Aprendizagem - Recuperação Paralela	58
Plano de trabalho	60
Acompanhamento dos resultados	61
13.4 Projeto Envolver para (Des)envolver	61
Plano de atividades do estágio	63
13.5 Projeto Mind Lab	64
13.6 Programa EDUTEC - Tecnologias Educacionais	66
Eixos Programa EDUTEC	68
13.7 Projeto "Eu pratico" - Esporte Educacional Escolar	70
Público atendido	72
Desenvolvimento	73
13.8 Projeto Lugares de Ler	74
13.9 Rede de Proteção	76
Referências	77
Calendário Escolar 2023	87
Calendário Escolar 2023 - EJA	88



Apresentação

Prezada Equipe Escolar,

Iniciamos mais um ano letivo e faço votos de que seja repleto de oportunidades para que os profissionais da educação da rede municipal de Sorocaba continuem fazendo a diferença na vida escolar dos(as) estudantes e das famílias que confiam em nosso trabalho.

A responsabilidade e o comprometimento em realizar junto aos(às) nossos(as) estudantes um trabalho que busca a excelência no atendimento, a qualidade e a equidade nos movimentos que envolvem as ações educativas, serão, mais uma vez, parte fundamental do trabalho da Secretaria da Educação e de todas as equipes escolares.

Retomamos a rotina presencial de forma definitiva, contudo, temos em vista um cenário desafiador no que se refere a recomposição das aprendizagens. Dessa forma, enquanto equipe iremos somar forças e, por meio do trabalho colaborativo, cada um e todos nós abraçaremos esse desafio, com foco na garantia do direito de aprendizagem de todos(as) nossos(as) estudantes.

Apresento o Caderno de Orientações para o Planejamento 2023 que reúne aspectos organizacionais e de planejamento, o qual tem como meta auxiliar as equipes escolares não apenas neste início de ano letivo, mas em outras ocasiões ao decorrer do ano, pautando as reflexões que contemplam os diversos segmentos, etapas e modalidades atendidos pela rede municipal de ensino de Sorocaba.

Que 2023 seja um ano de realizações educacionais, estudos e reflexões. Forte abraço a todos(as) e contem com a Secretaria da Educação!

Marcio Bortolli Carrara
Secretário da Educação



1. Diretrizes Estratégicas - (2021 a 2024)

Missão

Ofertar aos nossos(as) estudantes uma educação pública de excelência comprometida com a formação cidadã para todos(as).

Visão

Tornar-se referência em educação pública, por meio da inovação.

Valores

Ética, empatia, proatividade, responsabilidade social e comprometimento com os resultados.

Objetivo Geral

Garantir o direito de aprendizagem.

Prioridades

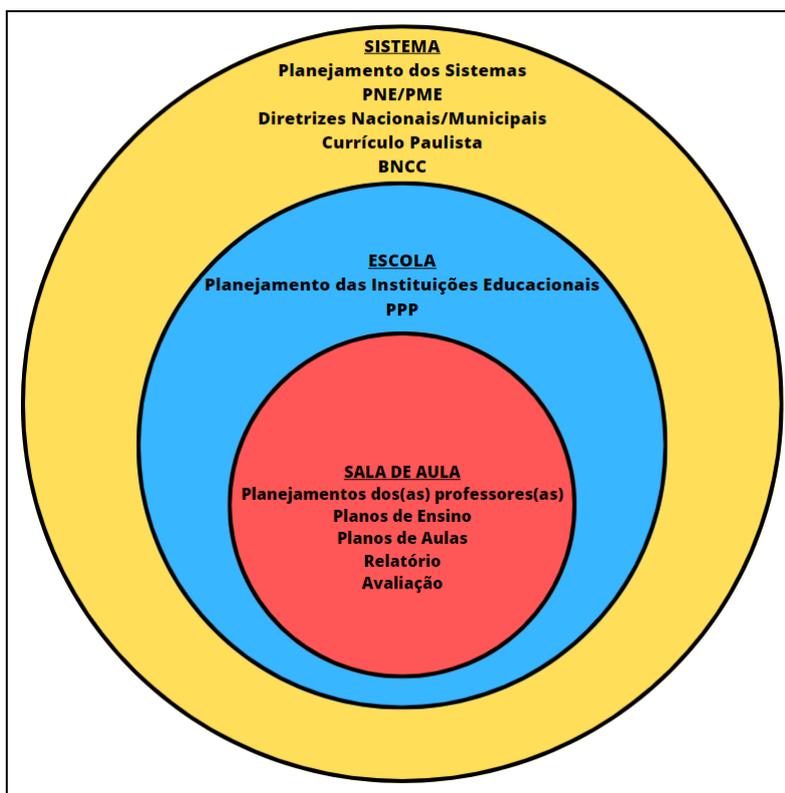
- Aprendizagem de qualidade para todos(as);
- Recomposição da aprendizagem;
- Atendimento da demanda de vagas;
- Informatização da Rede Municipal e novas tecnologias;
- Segurança alimentar;
- Estratégias de prevenção e enfrentamento ao uso de drogas;
- Gestão de pessoas;
- Composição dos quadros de atendimento;
- Formação e condições de trabalho.



2. Considerações sobre o Planejamento

O planejamento na perspectiva da participação, parte da análise situacional do “o que fazer” e “para que fazer”, incluindo a distribuição do poder e das responsabilidades.

É uma tomada de decisões coletiva de “para onde ir” e “quais maneiras adequadas para chegar lá”. Para tanto, é necessário compreender o processo de



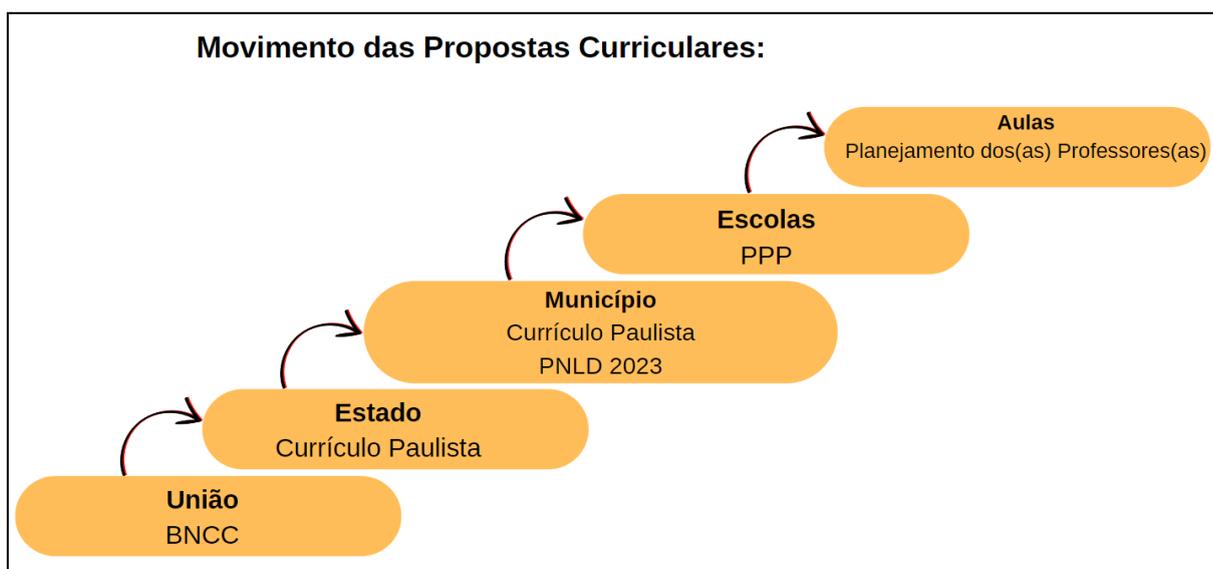
desenvolvimento como algo forjado nas relações sociais, tendo a instituição educacional como local de destaque na potencialidade desse desenvolvimento, posto que é na intervenção pedagógica que ocorrem as aprendizagens que não ocorreriam sem essa mediação. Nesse sentido, o diálogo se configura como um fator de transformação da prática docente e na relação professor(a) estudante.

Há três modalidades de planejamento que estão intimamente interligadas e devem ser observadas no espaço educacional: **o plano da escola**, que é um documento macroestrutural, com orientações gerais em conformidade ao sistema de ensino e ao projeto pedagógico da escola; **o plano de ensino**, que compreende uma previsão de objetivos semestrais ou anuais, em que são especificados também os objetivos, conteúdos, recursos, metodologia e o(s) processo(s) de avaliação e **o plano de aula**, que traz as especificidades relacionadas ao desenvolvimento dos conteúdos para uma determinada aula ou um conjunto de aulas (LIBÂNEO, 1994).

Conforme Silva (2008), é fundamental que o plano de ensino fundamente-se em alguns elementos:



- No estudo real da escola em relação ao contexto: o que demanda a caracterização do universo sociocultural, que evidencia os interesses e as necessidades dos(as) estudantes;
- Na organização do trabalho didático propriamente dito, o que implica em:
 - a) **Definir objetivos** - em função do desenvolvimento de todos(as);
 - b) **Prever conteúdos** - com critérios de seleção e finalidade de instrumento de compreensão crítica da realidade;
 - c) **Selecionar procedimentos metodológicos** - considerando os diferentes níveis de aprendizagem e a natureza da área do conhecimento;
 - d) **Estabelecer critérios e procedimentos de avaliação** - considerando a finalidade de intervenção e retomada no processo de ensino e aprendizagem, sempre que necessário.



Em consonância à legislação vigente, ao Marco Referencial da rede municipal de ensino de Sorocaba e às Diretrizes para a construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) das Instituições Educacionais de Sorocaba (Caderno de Orientações SEDU nº 05), entende-se que as instituições escolares necessitam definir sua identidade político-pedagógica. Neste documento construído em co-participação da equipe escolar juntamente com a comunidade, se faz necessário que contenha as principais características e concepções éticas, estéticas,



identitárias, culturais, de espaços e tempos educacionais, e os desafios postos à tarefa de oferecer uma educação de qualidade aos estudantes.

A elaboração do documento, deve partir, segundo Libâneo (2018) das seguintes reflexões:

1. Que tipo de escola, nós, profissionais que nela trabalhamos, desejamos construir?

2. Quais objetivos e metas correspondem às necessidades e expectativas dessa comunidade escolar?

3. Quais as necessidades das crianças e/ou dos(as) estudantes são necessárias atender em termos de cuidados e de formação para contribuirmos com a construção de sua autonomia, participação e efetivo exercício da cidadania?

4. Como faremos para colocar nosso projeto em permanente avaliação, dentro da prática da ação-reflexão-ação?

Por fim, o planejamento escolar, via de regra, prevê, segundo ainda Libâneo (2018), as etapas gerais:

- **Diagnóstico e análise da realidade da escola:** busca de informações reais e atualizadas que permitam identificar as dificuldades e suas causas, em relação aos resultados desejados ou esperados.

- **Definição de objetivos e metas:** compatibilizando a política e as diretrizes do sistema escolar com as intenções, expectativas e decisões da comunidade.

- **Determinação de atividades e tarefas a serem desenvolvidas:** elencar em função das prioridades, recursos disponíveis, prazos estabelecidos e mecanismos de controle e avaliação.

3. Reuniões e Organizações

3.1 Reunião de Equipe e Planejamento (01 e 02/02/2023 - Não letivo)

Momento em que gestores, docentes e equipe de apoio escolar encontram-se ou reencontram-se a fim de planejar os tempos e espaços, interagindo com a cultura escolar para que os objetivos educacionais, ao longo do ano, sejam alcançados.

Sugestões de pauta:



- Acolhimento da Equipe Escola e apresentação dos integrantes da equipe escolar;
- Apresentação e estudo do Caderno de Orientações para o planejamento 2023¹;
- Atualização da Caracterização da Equipe Escolar com informações que compõem o PPP/Marco Situacional da Escola;
- Contextualização da escola: breve apresentação do processo de construção do PPP, do Regimento Escolar e dos Resultados da Avaliação Institucional, visando à construção dos planos de ações para o ano de 2023 (marco operacional);
- Entrega de horários, listagem das turmas e organização da escola para o início do ano letivo.

Por meio do trabalho coletivo e, tendo como base os documentos orientadores em nível de sistema e institucional, considera-se oportuno que os dias de planejamento sejam direcionados para ações entre professores(as) de etapa/ano/termo, que contemplem:

- Organização e socialização entre os pares das atividades diagnósticas e dos planos de adaptação / acolhimento a serem desenvolvidos no início do ano letivo;
- Início do processo de construção dos planos de ensino;
- Descrição por etapa/ano/termo dos aspectos que serão observados durante as primeiras semanas de aula para caracterização dos grupos em suas necessidades e potencialidades. Os(as) professores(as) deverão construir o registro de observações dos(as) estudantes durante as atividades diagnósticas adequadas às diferentes etapas e modalidades da Educação Básica. Essas informações iniciais também atualizarão o PPP/Marco Situacional da Instituição.

3.2 Primeiro dia letivo: Escola aberta (03/02/2023)

A dimensão afetiva que é estabelecida entre professor(a)-estudante tem forte influência sobre a aprendizagem, posto que “uma história de mediação afetivamente

¹ Este estudo deve ter continuidade nos Horários de Trabalho Pedagógicos - HTPs do mês de fevereiro/2023.



positiva produz, a curto e médio prazo, um movimento de aproximação afetiva entre o sujeito e o objeto” (LEITE, 2018).

O desenvolvimento do gosto por estar na escola, portanto, perpassa pela afetividade que permeia as relações sociais estabelecidas nesse espaço e trata-se de condição para a promoção de um ambiente de aprendizagem eficiente e significativo. Dito isso, faz-se necessário o investimento em tempo para um amplo momento de acolhimento entre pais, estudantes e equipes escolares.

3.3 Primeiros dias letivos - Acolhimento e Adaptação

A expectativa em relação ao conteúdo pedagógico perpassa o planejamento no contexto escolar, em nível de rede e do sistema de forma significativa. Entretanto, como a aprendizagem não se restringe ao cognitivo, entrelaça os aspectos da emoção, do afeto e, principalmente, da relação e interação com os pares, motivo pelo qual se faz necessário o acolhimento a todos(as).

A unidade escolar, ao configurar-se como local de acolhimento e escuta, não precisa, necessariamente, dar respostas. Basta demonstrar interesse, atuar como uma instituição que pertence à rede de proteção da criança e do adolescente, por meio da validação do sentimento dos(as) estudantes, facilitando para que contem sua história e, a partir dela, sejam elaboradas estratégias de ação conjunta e em rede, ao se estabelecer espaços de diálogo e escuta dentro da rotina de sala de aula.

3.4 Organização dos Horários - Educação Infantil

A Secretaria da Educação orienta que sejam consideradas as necessidades de um período de adaptação das crianças à rotina da unidade escolar, com horário reduzido durante a primeira semana, de acordo com o período de atribuição do professor(a), reunindo, sempre que possível, todos(as) os(as) profissionais no mesmo período, para que neste momento, as crianças que retornam e/ou iniciam seu processo de socialização no ambiente escolar, possam criar vínculos e despertar o sentimento de pertencimento. A partir da segunda semana, a unidade escolar deverá oferecer o horário integral e adaptar o atendimento às necessidades



individuais **das crianças que precisarem**, analisando individualmente a rotina de alimentação e bem estar ao ambiente educacional.

Dessa forma, é importante observar o comportamento da criança, pois expressará o que sente, primeiramente, por meio da forma como age e reage ao ambiente, muito mais do que por meio da expressão verbal. Assim, é imprescindível analisar, cuidadosamente, se há choro abundante e constante, irritabilidade, dificuldade de aceitação alimentar ou aumento exagerado do apetite, desejo de ficar o tempo todo no colo ou próximo de um(a) adulto(a), dificuldade para dormir ou sonolência excessiva, necessidade de objeto de apego em todos os momentos, apatia, agitação atípica, medo dos(as) cuidadores(as) ou estranhamento exagerado de outros(as) adultos(as) do ambiente escolar e, ainda, outros comportamentos que sinalizem desconforto. Essa observação requer sensibilidade e amplo diálogo com a família, traçando em conjunto estratégias de acolhimento a fim de favorecer a adaptação e o desejo de permanência da criança ao contexto escolar. Essa análise deve ser individual e em conformidade com o desenvolvimento de cada criança.

Instituição de Educação Infantil – Creche e Pré-escola Integral	
Data	Carga horária
06/02 a 10/02	5 horas
A partir de 13/02	Horário normal

Instituição de Educação Infantil – Creche e Pré-escola Parcial	
Data	Carga horária
06/02 a 10/02	3h
A partir de 13/02	Horário normal

3.5 Organização dos Horários - Ensino Fundamental 1º ano

Instituição de Ensino Fundamental Integral - 1º ano	
Data	Carga horária
06, 07 e 08/02	5h
A partir de 09/02	Horário normal

Instituição de Ensino Fundamental Parcial - 1º ano	
Data	Carga horária
06, 07 e 08/02	3h
A partir de 09/02	Horário normal



3.6 Reunião de Avaliação de Ensino e Aprendizagem – RAEA

No decorrer do ano letivo de 2023 estão previstas a realização de quatro (04) Reuniões de Avaliação de Ensino e Aprendizagem – RAEA's que correspondem a encontros instituídos em Calendário Escolar, direcionadas aos estudos, reflexões e a avaliação dos dados referentes à análise do processo de ensino e aprendizagem, tendo por princípio o aprimoramento dos Planos de Ensino e as das metodologias pedagógicas, sendo considerado dia letivo tanto para Creche, Pré-Escola e Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, previstas para inclusão no calendário das unidades escolares nas seguintes datas:

MARÇO	27, 28, 29,30 ou 31
JUNHO	26, 27, 28, 29 ou 30
AGOSTO	28, 29 ou 30
DEZEMBRO	15/12 – Avaliação Institucional

As RAEA's dos meses de março, junho e agosto serão organizadas pela equipe escolar. A última RAEA, prevista para o mês de dezembro, será destinada à Avaliação Institucional.

É de suma importância que o suporte pedagógico siga as orientações referentes às especificidades do atendimento Creche Integral, Creche Parcial, Pré-Escola e Ensino Fundamental Parcial, Pré-Escola e Ensino Fundamental Integral para adequação do atendimento letivo quando em data de RAEA.

3.7 Reunião de Avaliação e Acompanhamento na Educação Infantil

No decorrer do ano letivo de 2023, estão previstas duas (02) Reuniões de Avaliação e Acompanhamento na Educação Infantil, que consistem em momento institucionalizado para estudos, reflexões, acompanhamento da documentação pedagógica e elaboração de ações coletivas. Assim, a Secretaria da Educação de Sorocaba orienta as seguintes ações:

- Estudo Sistemático das Concepções de Avaliação na Educação infantil;
- Análise coletiva de relatórios individuais;
- Análise coletiva de portfólios dos(as) professores(as) e portfólios



dos(as) estudantes.

As Reuniões de Avaliação e Acompanhamento na Educação Infantil estão previstas em Calendário Escolar, sendo consideradas dias letivos:

MAIO	08, 09, 10 ou 11
SETEMBRO	25, 26, 27, 28 ou 29

3.8 Reunião de Conselho de Classe/Ano/Termo

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(LDBEN-1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN-2013) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC-2017) apresentam a perspectiva de uma educação pautada no desenvolvimento integral dos(as) estudantes, assim como a plena participação social e o exercício da cidadania, por meio da realização do potencial físico, psicológico, intelectual e social de crianças, adolescentes, jovens e adultos. Nesse sentido, um dos principais meios de investimento no desenvolvimento integral dos(as) estudantes da rede municipal de ensino de Sorocaba é a Avaliação Formativa, considerada um processo transversal, não unicamente classificatório, sustentado por dados e relatórios.

Nesse contexto, o Conselho de Classe, como instância reveladora das concepções políticas e pedagógicas de avaliação do ensino-aprendizagem, deve se consolidar como um espaço de mudança e revisão das práticas; condição necessária para que os diversos fatores relacionados ao processo de ensino e aprendizagem sejam desvelados, pois a interseção desses fatores é a determinação do ponto de partida para novas ações.

As datas previstas para realização do Conselho de Classe/Ano/Termo para 2023 são:

MAIO	02, 03, 04, 05
JULHO	06 ou 07
OUTUBRO	02, 03, 04, 05, 06
DEZEMBRO	06
DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS FINAIS	13/12
RECONSIDERAÇÃO E RECURSOS	13 a 19/12/2023



3.9 Reunião de Acompanhamento de Vida Escolar do Estudante (RAVEE)

A Reunião de Acompanhamento de Vida Escolar do Estudante (RAVEE) deverá ser realizada, no mínimo, uma vez por bimestre, com a participação dos responsáveis e docentes. Esse é o momento mais representativo da parceria entre família e escola, parceria esta que deverá ser construída de modo a fortalecer e reconhecer o papel de cada um dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem das crianças e adolescentes.

De acordo com a Lei 8069/1990, artigo 53, parágrafo único: "É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais." Sendo assim, a RAVEE deverá ser planejada e conduzida pelo docente, a partir da abordagem de assuntos relacionados ao aprendizado e desenvolvimento dos estudantes, tais como: apresentação do planejamento pedagógico de acordo com o PPP da instituição; formação sobre temas pertinentes à turma e à escola; trocas sobre os desafios e dificuldades enfrentados e como podem ser superados a partir da parceria e da divisão de responsabilidades entre família e escola; apresentação dos critérios e instrumentos de avaliação, numa perspectiva formativa, entre outros assuntos pedagógicos pertinentes.

Este também deve ser um momento para ouvir as famílias, de modo que todos possam expor suas opiniões, trocar pontos de vista e colocar-se no lugar do outro, em um processo de cooperação, parceria e respeito mútuo. As decisões tomadas devem beneficiar todos os envolvidos e, em especial, os estudantes. Como aponta o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a educação é um direito da criança que deve ser assegurado pela família, escola e comunidade e é nesse sentido de trabalho em conjunto que essa relação deve se fortalecer.



4. Organização do Trabalho Pedagógico

4.1 Implementação do Currículo Paulista

Considerando que a Secretaria da Educação de Sorocaba fez a adesão ao Currículo Paulista, firma-se então o compromisso com a implementação deste documento curricular.

O Currículo Paulista é um documento construído em regime de colaboração, que contextualiza a BNCC na realidade do estado e municípios paulistas.

Em sua construção, considera além da BNCC, os currículos e as orientações curriculares das redes públicas municipais e estadual de ensino e das redes privadas, representativos de diferentes localidades do estado.

Saiba Mais



4.2 Escolha do PNLD 2023 - Objeto 1

A Rede Municipal de Educação de Sorocaba participou da escolha do Material Didático para o processo de escolha do PNLD 2023 (Programa Nacional do Livro Didático), Objeto 1 – Ensino Fundamental Anos Iniciais, no qual as Instituições Educacionais puderam indicar um dos três modelos de escolha, conforme seguem abaixo:

a) Material único para cada escola: cada unidade irá realizar a sua própria escolha individualmente e receberá o material escolhido pelo corpo docente;

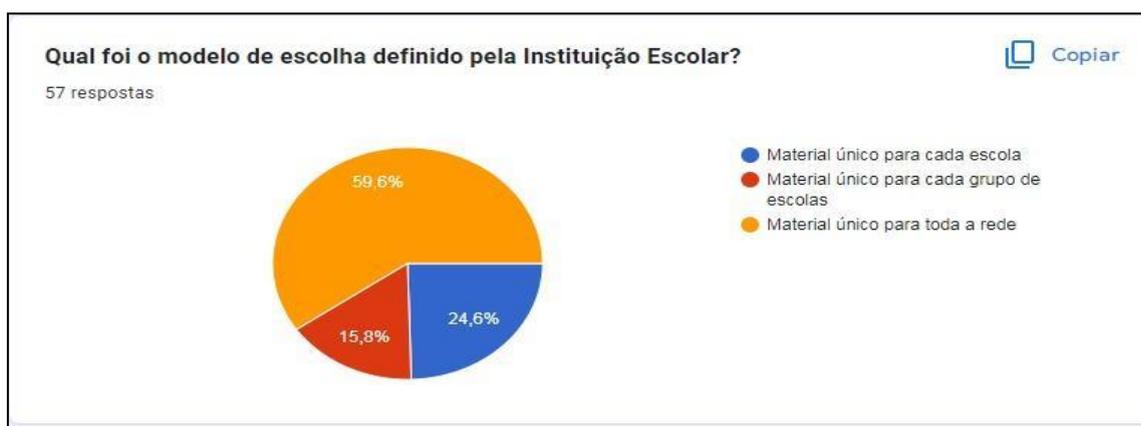
b) Material único para cada grupo de escolas: a rede de ensino irá definir um ou mais grupos específicos de escolas que receberão o mesmo material. O sistema processará a escolha de cada escola e fará a eleição da obra mais registrada entre as escolas do grupo;

c) Material único para toda a rede: a escolha será unificada e TODAS as escolas da rede utilizarão o mesmo material. Os livros a serem entregues serão os mais escolhidos dentre os registrados pelas escolas pertencentes à rede de ensino.



Cada escola registrará a sua escolha. Finalizando o prazo para registro das obras, o sistema identifica as redes com escolha unificada e fará o levantamento do material mais escolhido entre as escolas para que seja distribuído para todas as unidades escolares integrantes da rede.

Cada unidade registrou a opção de sua equipe de trabalho com login e senha em sistema próprio, definindo o modelo de escolha, segue abaixo o resultado da pesquisa:



Diante do resultado da pesquisa, o modelo de escolha definido pelas Instituições Educacionais foi “**Material único para toda a rede**” com 59,6% dos votos.

Em anexo, segue documento colaborativo elaborado com o grupo de trabalho dos orientadores pedagógicos para subsidiar a escolha pelas equipes escolares: [Critérios de escolha PNLD 2023](#).

Foram encaminhados comunicados para o registro de escolha PNLD 2023 - Objeto 1 - Ensino Fundamental Anos Iniciais, para realizarem a escolha do material através da plataforma [PNLD Digital](#), com os links e manuais, que ocorreu no período de 05 a 19/09/2022, onde cada unidade escolar registrou os livros escolhidos pelos(as) professores(as).

Dessa forma, para 2023 a rede municipal de Sorocaba utilizará um único material do PNLD 2023 para todas as Instituições Educacionais. A distribuição será realizada nas unidades escolares no início do ano letivo.



4.3 Educação Infantil

De acordo às Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, o período de vida atendido pela Educação Infantil caracteriza-se por marcantes aquisições: a marcha, a fala, o controle esfinteriano, o desenvolvimento da imaginação e da capacidade de “fazer de conta” e de, representar, usando diferentes linguagens. Embora nessas aquisições a dimensão orgânica da criança se faça presente, suas capacidades para discriminar cores, memorizar poemas, representar uma paisagem através de um desenho, consolar uma criança que chora, etc. não são histórica e culturalmente produzidas nas relações que estabelecem com o mundo material e social mediadas por parceiros mais experientes. (BRASIL, 2013, p.86). Nota-se que a criança de 0 a 6 anos é complexa, desafiadora, surpreendente e exuberante.

Dessa forma, a organização e o planejamento na elaboração do trabalho pedagógico no dia a dia da Educação Infantil são essenciais para o(a) professor(a). Estes(as) devem permitir a reconstrução e aquisição de novos conhecimentos, construção de ideias, tentativas e negociações entre as crianças, tais como: desenhos, esculturas, engenhocas, maquetes, falas e expressões. Desse modo, é possível refletir sobre sua prática e quais intervenções pedagógicas serão necessárias diante do contexto educativo. Tais elementos permitirão ao professor(a) a elaboração de relatórios de acompanhamento do processo de aprendizagem, focando-se nas experiências vividas e ainda possibilitando às famílias o acompanhamento do desenvolvimento do(a) estudante.

As Instituições de Educação Infantil deverão elaborar suas propostas pedagógicas partindo da organização da rotina, do tempo e dos espaços de aprendizagens para bebês e crianças pequenas, que fazem parte desta etapa de ensino; garantindo condições para o desenvolvimento de todos(as) promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças e o desenvolvimento de hábitos de convivência no ambiente escolar.

Para a promoção dessa estreita relação entre a família e a unidade escolar, sugere-se que sejam utilizadas as seguintes estratégias:



- **Reuniões com as famílias:** é fundamental que sejam realizadas reuniões para que haja o devido acolhimento e diálogo com as famílias sobre o funcionamento da creche/pré-escola e rotina estabelecida, assim como a observação do espaço físico. Dessa forma, a sensação de segurança em relação à escola fará toda a diferença no processo de (re)adaptação da criança.
- **Recepção da criança e auxílio nas atividades de vida diária :** verificar com quem a criança mais se vinculou no ambiente escolar e priorizar que os momentos de atividades de vida diária (banho, troca, alimentação e sono) sejam realizados/mediados por esse adulto, a fim de ajudar a criança a se sentir segura no ambiente e favorecer a adaptação.
- **Atenção aos sinais:** choro excessivo, irritabilidade, ansiedade. Quanto mais uma criança está irritada, mais ela precisa de um adulto preparado por perto, que a auxilie a reconhecer suas emoções e a criar um repertório para responder de forma mais saudável às situações que o ambiente social e emocional proporciona. Procurar reconhecer se há alguma necessidade (sono, fome, frio ou calor, medo, frustração), do bebê ou da criança pequena que não foi atendida e, se possível, atender prontamente. Acolher a criança com colo, abraço, afeto, estabelecendo contato visual. Ações como estas, ajudarão as crianças a se sentirem seguras e a estabelecer vínculos. É importante lembrar que, enquanto a criança estiver chorando muito ou com sono, é bom evitar oferecer alimentação, de modo a assegurar o bem estar físico do menor.

4.3.1 Cuidados

É imprescindível que os(as) professores(as) tenham clareza de que os cuidados nesta fase são necessidades intrínsecas ao educar e que ambas são práticas indissociáveis. As trocas de roupas/fraldas e banhos acontecem ao longo da rotina sempre que necessários, sem horas engessadas e demarcadas. O cotidiano precisa estar explicitamente a favor das necessidades das crianças.



Mais informações sobre o cuidado infantil:

Saiba Mais



4.3.2 Documentação Pedagógica

A documentação pedagógica na Educação Infantil deve ser vista como um importante instrumento aliado à efetivação da proposta pedagógica de cada unidade escolar, ressaltando que aquilo que se documenta e o modo como é realizada, revelam a visão dos sujeitos e as concepções dos conceitos de “criança” e “escola” de educação infantil. É fato que o ato de registrar já é uma prática comum nas instituições de ensino de educação infantil, mas é necessário um olhar apurado e que traga sentido para o que se registra.

Desse modo, a documentação pedagógica deve servir como parâmetro para ampliar o olhar e a escuta dos professores (as) com base no contexto da aprendizagem e nas propostas realizadas pelas crianças, colocando numa perspectiva histórica suas vivências e experiências, de forma individual e coletiva, validando o desenvolvimento de suas competências e revelando memórias de seu protagonismo.

Acesse o link para conhecer os elementos da documentação pedagógica:

Saiba Mais





4.3.3 Dados Educacionais e Atendimento da Rede - Educação Infantil

Saiba Mais



4.4 Ensino Fundamental

4.4.1 Compromisso com a Educação Integral

O processo de ensino e aprendizagem sofreu um grande impacto nesses últimos anos. Diante desse desafio, surge a necessidade de um trabalho pedagógico coletivo e colaborativo, que vai ao encontro dessas necessidades, respeitando a individualidade de cada estudante.

O conceito da Educação Integral atua não só na dimensão intelectual, mas sim no desenvolver do conhecimento do estudante em todas as dimensões (intelectual, física, socioemocional e cultural). É necessário compreender a complexibilidade do desenvolvimento humano nessa perspectiva mais ampla.

O Currículo Paulista considera a Educação Integral como a base da formação dos estudantes do Estado, independente da rede de ensino que frequentam e da jornada que cumprem. Dessa maneira, afirma o compromisso com o desenvolvimento dos estudantes em suas dimensões intelectual, física, socioemocional e cultural, elencando as competências e as habilidades essenciais para sua atuação na sociedade contemporânea e seus cenários complexos, multifacetados e incertos. (Currículo Paulista, 2019, p. 28)

Os(as) estudantes são protagonistas da sua própria aprendizagem e do seu projeto de vida. Não reconhecer isso, deixa a desejar tanto no que se refere na formação desses estudantes, quanto no que se refere à escola atuar positivamente na direção de propiciar que todos(as) se desenvolvam plenamente.

Não é demais reforçar que as práticas de ensino e de aprendizagem que consideram o estudante em sua integralidade estão longe de práticas que normatizam comportamentos, rotulam ou buscam adequar os estudantes a



um modelo ideal de pessoa. A Educação Integral, como fundamento pedagógico, demonstra o interesse do Currículo Paulista em atender às necessidades de ensino e de aprendizagem pelo olhar sistêmico — por parte dos profissionais da educação — para essas aprendizagens e o modo como elas se apresentam em nossa sociedade. (Currículo Paulista, 2019, p. 33)

As singularidades de cada estudante precisam ser acolhidas e valorizadas. Investir na formação não é usar apenas uma estratégia de ensino, é reunir experiências de algo significativo para a aprendizagem, tomar como referência aquelas explicações que os estudantes já têm a respeito de um determinado tema, lidar com essas hipóteses para revê-las e significá-las.

[...] O Currículo Paulista, em alinhamento à BNCC, preconiza a adoção de práticas pedagógicas e de gestão que levem em consideração:

- O compromisso com a formação e o desenvolvimento humano em toda sua complexidade, integrando as dimensões intelectual (cognitiva), física e afetiva;
- Uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto, de suas ações e pensamentos, bem como do professor, nos âmbitos pessoal e profissional;
- O acolhimento das pessoas em suas singularidades e diversidades, o combate à discriminação e ao preconceito em todas as suas expressões, bem como a afirmação do respeito às diferenças sociais, pessoais, históricas, linguísticas, culturais;
- A necessidade de construir uma escola como espaço de aprendizagem, de cultura e de democracia, que responda ao desafio da formação dos estudantes para atuar em uma sociedade altamente marcada pela tecnologia e pela mudança. (Currículo Paulista, 2019, p. 33 e 34).

4.4.2 Compromisso com o desenvolvimento de competências

O Currículo Paulista reitera as dez Competências Gerais apresentadas na Base Nacional Comum Curricular, considerando a importância do desenvolvimento integral dos(as) estudantes, fortalecendo ações educativas que perpassam todas as dimensões.

Saiba Mais





Para o desenvolvimento das competências e habilidades, os(as) professores(as) podem utilizar os diversos recursos didáticos à disposição, incluindo:

- Currículo em Ação;
- Aprender Sempre;
- Livros Didáticos do PNLD 2023;
- Livros Paradidáticos;
- Mind Lab;
- Recursos digitais (lousa digital, chromebooks, tablets).

4.4.3 Rotina Escolar

A rotina escolar é essencial no processo de alfabetização e deve ser pensada e planejada pela equipe pedagógica e transcrita no Projeto Político-Pedagógico (PPP) a fim de incorporar as ações da escola. A organização do trabalho pedagógico em rotina:

- Requer claro conhecimento dos objetivos e da definição das ações, procedimentos e técnicas para atingi-los;
- Organiza o tempo e os espaços pedagógicos de forma sistemática;
- Contribui para a prática de ensino e para o processo de aprendizagem;
- Possibilita o envolvimento dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem;
- Assegura acordos entre professor e estudantes;
- Favorece o desenvolvimento do processo de organização da rotina de estudos do estudante (quando ele prevê o que se fará na escola);
- Ajuda o professor a priorizar atividades que considera importantes para o período e sua distribuição durante a semana.

Ao se falar em rotina, é importante salientar que os estudantes devem ter conhecimento da sua organização, diariamente, no início de cada dia, pois

[...] é importante que o professor estabeleça uma orientação inicial aos alunos, apresentando uma proposta de rotina de trabalho no dia. Nesse sentido, é possível que o professor, ao entrar em sala de aula, explicita na lousa ou quadro uma rotina do que irá acontecer naquele dia, listando e numerando cada atividade. Mesmo que os alunos ainda não saibam ler, o professor pode ir fazendo a leitura e listando as atividades no canto da lousa



ou quadro, reduzindo a ansiedade e expectativa dos alunos quanto ao trabalho do dia. Ao mesmo tempo, vai criando o hábito e identificando o tempo que cada uma das atividades foi planejada e como as diferentes disciplinas vão sendo contempladas na rotina do dia e da semana (MEC, SEB, 2014, p.17).

Para a organização da Rotina Semanal, pode-se adotar as modalidades organizativas do trabalho pedagógico, a saber: sequência didática, projetos, atividades permanentes e independentes. O Caderno de Orientações SEDU/DAGP N.º 03, Diretrizes Pedagógicas para a Escola de Ensino Fundamental em Tempo Integral (2016), apresenta conceitualmente as modalidades organizativas do trabalho pedagógico, que podem ser apresentadas também da seguinte forma:

- **Sequência didática:** uma sequência de atividades, com um objetivo específico, em que a ordem da atividade interfere na realização; apresenta uma atividade disparadora, normalmente uma situação problema; após a resolução pelos estudantes (individual, duplas, coletivamente), há a socialização das resoluções, o processo de validação e posterior sistematização;
- **Projeto:** organização pedagógica que possibilita a participação dos estudantes no processo (elaboração, execução e avaliação), gerando um compromisso coletivo em que há a correlação entre ações propostas e é proposto um produto final. Além disso, articular propósitos didáticos, propósitos sociais e possibilita a interdisciplinaridade;
- **Atividades permanentes:** são atividades que visam desenvolver conceitos, procedimentos, atitudes e têm periodicidades fixadas com antecedência;
- **Atividades independentes:** atividades que podem acontecer a qualquer momento dentro da rotina, sendo: a) ocasionais: um evento ou acontecimento que cria a atividade; b) sistematizadas: atividades que objetivam sistematizar algum conceito ou conhecimento já trabalhado anteriormente.

Por fim, é fundamental a análise, com toda equipe pedagógica, de todas as possibilidades de (re)organização do trabalho pedagógico e dos tempos e espaços a



ele destinados, bem como das estratégias que serão utilizadas para alcançar o sucesso no processo de ensino e aprendizagem.

4.4.4 Organização de tempos e espaços

O momento atual requer a revisão dos objetivos de aprendizagem, dos espaços e tempos. Um novo olhar que considere, na proposta pedagógica, uma rotina de trabalho flexível sem perder de vista os objetivos traçados. O processo educacional perpassa pela parceria entre escola e família e ambas têm um papel determinante no sucesso do desenvolvimento infantil. A criança não deve ser olhada apenas sob o ponto de vista cognitivo, mas também pelo ponto de vista psicológico e social.

Em relação às salas de aula, o Caderno nº 01, do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - Organização do Trabalho Pedagógico (2014), traz como orientação que:

[...] cada sala de aula disponha de alguns materiais que possam ser providenciados pelo professor e pelos alunos ou que possam ser adquiridos pela escola, tais como: portadores de textos com diferentes usos e representações numéricas, como por exemplo: reportagens de jornal com gráficos, tabelas de pontuação de jogos e brincadeiras, rótulos de embalagens, placas de carro, etc.; tabela numérica com números de 1 a 100 para a exploração de regularidades; varal com os símbolos numéricos, construídos com os alunos. Não há necessidade de que este varal só contemple números até o 10; mural que possibilite afixar as produções dos alunos, textos complementares do professor, curiosidades [...] que os alunos desejem compartilhar, etc.; calendário para reconhecimento e contagem do tempo (dia, mês, ano); listas variadas de assuntos que o professor deseja discutir com os alunos, tais como: nomes dos alunos, datas de aniversário, eventos da escola, brinquedos e brincadeiras preferidas, etc.; régua para a medição de altura dos alunos (instalar a régua na parede para que os alunos possam medir sua altura no decorrer do ano); balança que possibilite identificar o “peso” (a massa corporal); relógios para a medição do tempo (seria interessante que tivesse também um relógio analógico uma vez que a escola possivelmente seja um dos poucos espaços atualmente em que esse tipo de relógio apareça e que em muito contribui para a compreensão da contagem do tempo); armários e/ou outros espaços para o armazenamento de materiais de uso contínuo, como jogos, materiais manipuláveis (ábacos, material dourado, sólidos geométricos, etc.), papéis variados e materiais confeccionados pelos alunos; conjunto de calculadoras básicas que pode ser adquirido pela escola, preferencialmente do tipo solares para evitar o uso de pilhas. Seria interessante que fosse 1 calculadora para, no máximo, 2 alunos; outros materiais que o professor julgar necessário, segundo os projetos e as atividades que desenvolve no decorrer do ano, como: livros de histórias infantis, revistas para recorte, caixas, cordas, etc. (MEC, SEB, 2014, p. 16-17).



Uma parede repleta de imagens e textos sem sentido para os alunos pode tornar-se, muitas vezes, fonte apenas de poluição visual. Nesse sentido, orienta-se que todos os trabalhos expostos em sala sejam construídos de forma coletiva ou individual pelos(as) estudantes juntamente com seus(as) professores(as), pois assim, os materiais expostos terão significado, sendo fonte constante de consulta e ajuda na realização de suas atividades e em sua aprendizagem global, além de servir de material de apoio ao trabalho reflexivo que constantemente deve ser realizado pelo(a) professor(a).

4.4.5 Avaliação Diagnóstica Inicial

- Realizar sondagens e avaliações para identificar as habilidades essenciais que deverão ser trabalhadas;
- Planejar situações de aprendizagem voltadas ao desenvolvimento dos (as) estudantes em diferentes níveis de aprendizagem, a partir do diagnóstico de suas habilidades;
- Desenvolver junto aos estudantes atividades com metodologias diferenciadas que promovam o engajamento e desenvolvimento da aprendizagem.

4.4.5.1 Mais orientações sobre a organização do trabalho pedagógico

 Organização do trabalho pedagógico - Ensino Fundamental

4.4.6 Documentação Pedagógica Ensino Fundamental

[ENSINO FUNDAMENTAL](#)

4.4.7 Materiais de apoio para o plano de ensino e planejamento:

- [Caderno de Orientações e Marco Referencial](#);
- [Currículo Paulista | Secretaria da Educação do Estado de São Paulo](#);
- [MATERIAIS DE APOIO | EFAPE | Programa Currículo Paulista](#);
- [Aprender Sempre | EFAPE | Programa Currículo Paulista](#);
- [Material didático | Livros gratuitos para professores e alunos | Nova](#)

[Escola](#).



4.4.8 Dados Educacionais e de Atendimento - Ensino Fundamental

Saiba Mais



4.5 Educação Física

A Educação Física é um componente curricular que ao longo do seu processo histórico marcado por influências políticas, econômicas, sociais e culturais, possibilitou o surgimento de diferentes propostas curriculares que se apoiam em campos teóricos tradicionais, críticos e pós-críticos de currículo. Por isso, carregam em suas proposições diferentes visões de mundo e de projetos de cidadãos e, por consequência, de sociedades.

Sendo assim, esse componente curricular tão díspar dos demais componentes, não pode ser compreendido como algo exato, rígido, inflexível, estabelecido à priori. A Educação Física deve ser entendida como uma produção humana histórica que contempla diversas possibilidades a partir da cultura corporal a depender de diferentes visões de mundo e de objetivos que norteiam o processo educativo. Para tanto, se faz necessária, que a preocupação seja a didática pedagógica voltada à formação de identidades que valorizem as diferenças.

O processo histórico desse componente curricular, faz com que, ainda hoje, possua um grande vínculo com os conhecimentos da área da Saúde. No entanto, a Educação Física escolar estabeleceu laços mais estreitos com as áreas das Ciências Humanas tornando a Sociologia e a Filosofia campos teóricos importantes para compreendermos seu papel no processo educativo, uma vez que uma “Educação Física integrada à proposta pedagógica da escola” não diz respeito somente à formação de sujeitos saudáveis por meio da prática de esportes ou de exercícios físicos, mas sim, a de seres humanos pensantes, críticos, conscientes, solidários e atuantes de forma ativa na sociedade.

Nesse sentido, para além do desenvolvimento de conhecimentos que façam com que os(as) estudantes se preocupem com a saúde física e mental, é importante



que a Educação Física escolar colabore na tomada de consciência de cidadãos que estejam engajados politicamente em questões sociais, culturais, étnicas, de gênero e de classes.

Para isso, se faz necessário, que o planejamento seja constantemente revisto e reconstruído considerando:

- Os documentos norteadores da Educação na rede municipal de ensino (BNCC, Currículo Paulista, Marco Referencial da rede pública municipal de Sorocaba);
- A organização dos processos de acompanhamento da aprendizagem;
- Adaptações curriculares e pedagógicas considerando a organização do tempo, dos espaços, dos equipamentos e materiais, das instruções, das regras, etc; visando uma Educação Física inclusiva, crítica e solidária;
- Compreender a Educação Física em sua totalidade, considerando seu vasto campo teórico;
 - Pensar na formação e heterogeneidade docente;
 - Focar nas competências e não nos conteúdos;
 - Considerar os direitos de aprendizagem;
 - Estabelecer os caminhos e as possibilidades didático-metodológicas para a produção de um conhecimento amplo e profundo das práticas corporais;
- Considerar os conteúdos como meio do processo educativo e não como o fim, entendendo-o como algo contínuo;
- Priorizar um ensino não hegemônico;
- Valorizar a cultura corporal local e os saberes populares;
- Considerar que toda e qualquer prática corporal pode ser tema de estudo.

Desta forma, espera-se que a Educação Física possa colaborar na formação de sujeitos pensantes, críticos e solidários que estejam aptos e dispostos a atuar na sociedade de forma democrática para que as diferenças marginalizadas sejam valorizadas e que a realidade possa ser transformada.



4.6 Educação de Jovens e Adultos - EJA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), de acordo com a Lei 9.394/96, é uma modalidade da Educação Básica nas etapas do Ensino Fundamental e Médio, com especificidade própria e, como tal, deve receber um tratamento pertinente.

Essa modalidade representa uma ação que visa reparar uma dívida social para com os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, a EJA pauta-se em três princípios:

[...] a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio. (BRASIL, 2000. p. 06)

São consideradas funções da EJA:

Reparadora, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano.

Equalizadora, vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação.

Qualificadora, mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. (BRASIL, 2000. p. 08)

Dessa forma, podemos apontar alguns objetivos da EJA:

- Oportunizar estudo para aqueles(as) que não tiveram acesso ao Ensino Fundamental e Médio na idade própria;
- Acelerar estudos no Ensino Fundamental e Médio;



- Assegurar o acesso a graus elevados de letramento, fator condicionante para a conquista da Cidadania Plena;
- Possibilitar ao indivíduo inserções no mundo do trabalho e na vida social.

Conforme o art. 64 do Regimento Escolar, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos oferecerá:

- Curso de alfabetização organizado em dois anos de duração, correspondendo o 1º termo aos 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental Anos Iniciais e o 2º termo aos 4º e 5º anos, com carga horária diária composta de 03 (três) horas/aulas de 45 (quarenta e cinco) minutos cada e idade mínima para matrícula de 15 (quinze) anos completos.

Dessa forma, na rede municipal de ensino ocorre exclusivamente a oferta do Ensino Fundamental Anos Iniciais.

4.6.1 Atribuição da Carga Suplementar de Trabalho para a EJA

Ao final do ano letivo, as Instituições Educacionais que atendem turmas da EJA deverão realizar a rematrícula dos(as) estudantes frequentes.

Durante o mês de janeiro, é importante que as Instituições Educacionais garantam e intensifiquem a divulgação junto à comunidade escolar para a inscrição de novos(as) estudantes.

Em fevereiro/2023, será enviado ofício às Instituições Educacionais com orientações e procedimentos, conforme seguem:

- Entregar na Divisão de Educação Básica (DEB) os quadros com a demanda de estudantes e aguardar a confirmação sobre a possibilidade de criação de turma(s);
 - Atribuir carga suplementar de trabalho, após confirmação da SEDU.
 - Entregar no setor de protocolo da SEDU:
 - a) Ofício (IMPRESSO F), informando os nomes dos(as) professores(as) que assumiram carga suplementar na própria unidade escolar para atuar na EJA;
 - b) Solicitação de atribuição (Impresso próprio), para as vagas remanescentes da atribuição na unidade escolar(se houver).



A SEDU/DATP agendará e divulgará data para atribuir carga suplementar em nível de rede, caso as aulas não tenham sido atribuídas na unidade escolar.

As orientações e cronograma do início das aulas e datas dos encontros formativos serão enviados posteriormente à atribuição.

4.7 Escola em Tempo Integral - Ensino Fundamental Anos Iniciais

A Secretaria da Educação de Sorocaba compreende a importância da escola como articuladora de ações, que trabalha com os diversos saberes, a socialização e sua formação integral, ao primar pela qualificação do trabalho educativo e para a ressignificação dos espaços escolares, visando uma educação integral e de qualidade, considerando direito de todos(as) e que deve ocorrer em todas suas dimensões (cognitiva, social, afetiva, ética, lúdica, estética, física e biológica) objetivando ampliar o tempo de vivência escolar e seu desenvolvimento educacional.

Nesse sentido, o(a) professor(a) mobiliza os saberes no processo de ensino e aprendizagem, tendo a proposta pedagógica centrada no protagonismo dos(as) estudantes e nos espaços para o brincar, para a convivência democrática e para a realização de atividades de assembleias e pesquisas, a fim de que o(a) estudante possa questionar, opinar, refletir, elaborar, sistematizar e formular hipóteses, num amplo exercício de cidadania, explorando diversas possibilidades de organização didático-pedagógicas, numa abordagem que leva em conta os tempos e espaços da construção desse conhecimento, a destacar: sequências didáticas, atividades permanentes, situações independentes, projetos, grupos de estudos e assembleia.

Sobre a organização e a sistematização dos conhecimentos, bem como a forma, o tempo e os espaços de aprendizagem, apresentam-se os Eixos Estruturantes: Alfabetização Matemática, Experiências Literárias, Fruição Estética e Pensamento Científico.

A parte diversificada é composta por projetos da Rede Municipal de ensino e articulados aos componentes curriculares e em consonância às áreas do conhecimento, que permitem abordar a posição da significatividade, da descoberta, da flexibilidade, da coletividade, da conectividade, assim como o destaque à intervenção pedagógica e ao caráter progressivo da aprendizagem.



4.8 Documentos para reflexão e estudos

As instituições educacionais poderão ter acesso à Base Nacional Comum Curricular, ao Currículo Paulista e a outros documentos que ofereçam subsídios para o debate e discussão nas Horas de Trabalho Pedagógico e nas Reuniões de Avaliação Ensino-Aprendizagem, a partir dos seguintes endereços da internet:

Documentos para reflexão e estudo

5. Formações

A formação continuada é uma das estratégias fundamentais para o processo de construção de um novo perfil dos Profissionais da Educação e tem o objetivo de contribuir para a melhoria da formação, valorizando os profissionais da educação e o padrão de qualidade do ensino.

A formação continuada deve levar os participantes à reflexão sobre a prática, em um processo constante de autoavaliação, utilizando como pressupostos os conhecimentos adquiridos durante sua formação inicial e por meio de experiências adquiridas no cotidiano escolar, fortalecendo as ações frente aos desafios.

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996), determina aos profissionais da educação uma sólida formação básica, que permita apropriação de conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho, estágios supervisionados e capacitação em serviço com a associação entre teorias e práticas, além do aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades; as formações serão desenvolvidas no decorrer do ano para o aperfeiçoamento (teórico e prático) e a atualização profissional de professores(as), gestores(as) e funcionários(as) da Rede Municipal de ensino; levando-os a uma prática crítico-reflexiva, visto que a escola enquanto instituição está inserida em uma sociedade em contínua mudança.

A Secretaria da Educação do município de Sorocaba organizará os processos formativos dos profissionais da educação a partir de:



- **Formação em rede:** A formação em rede apresenta propostas formativas que consideram os projetos instituídos pela Secretaria da Educação, nos âmbitos federal, estadual e municipal. São formações que visam ao aprimoramento profissional e à socialização de conhecimentos e concepções que possibilitam a reflexão e intervenções sobre o processo de ensino e aprendizagem.
- **Formação em contexto:** A formação em contexto considera a escola como instituição que aprende, em diversos tempos / espaços e possibilita a reflexão sobre a prática educativa, partindo do fazer pedagógico diário. Dentre esses momentos de estudo e reflexão, destacam-se as Horas de Trabalho Pedagógico (HTPs), as Reuniões de Avaliação de Ensino e Aprendizagem (RAEA), as Reuniões do Conselho de Classe/Ano/Termo para o Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais e as Reuniões de Avaliação e Acompanhamento da Educação Infantil, previstas e organizadas de acordo com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) de cada unidade escolar.
- **Formação de "Livre Escolha":** A formação de "livre escolha" tem como finalidade a oferta da formação continuada aos profissionais da educação da rede municipal de ensino nas diversas áreas do conhecimento e em gestão pública e pedagógica. Possui como eixo central a formação articulada ao desenvolvimento profissional, ao cotidiano escolar, às práticas educativas, programas e projetos da Secretaria da Educação e demais secretarias, nas modalidades presencial e à distância. A estratégia organizativa consolida-se na criação de espaços de discussão, pesquisa e inovação, tendo como premissa os profissionais como sujeitos de sua formação e reafirmando a interface cultura/sociedade.

A Secretaria Municipal da Educação, considerando a necessidade de regulamentar a oferta de cursos de Formação Continuada, oferecidos na Modalidade "Livre Escolha" e o Decreto nº 22.119, de 28 de dezembro de 2015; expedirá as orientações para a participação nos cursos, via comunicado.

No site "Formações em Rede" da Secretaria Municipal da Educação de Sorocaba, encontram-se as propostas de formações em rede e as formações de livre escolha, ambas baseadas na análise das Avaliações Institucionais.



Os profissionais também devem enxergar a Escola como o seu espaço de Formação, pois a Formação não é apenas aquela adquirida durante os anos de estudo em Instituições de Ensino, como em faculdades e cursos de pós-graduação. A formação profissional é constante.

O aperfeiçoamento e aprimoramento da profissão acontecem todos os dias no seu ambiente de trabalho, por meio da troca de saberes e experiências com outros docentes, com a equipe pedagógica, com a direção da escola; enfim, com os próprios estudantes. A Escola é o local de formação dos profissionais e o conteúdo dessa formação é a sua prática educativa.

Link do site Formações em Rede:

<https://sites.google.com/seducacao.sorocaba.sp.gov.br/caderno-de-formacao/sobre?authuser=0>

5.1 Links de Plataformas com opções para Formações de “Livre Escolha”:

- EFAPE - [Cursos e Formações - EFAPE | Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação](#);
- AVA-MEC - [AVAMEC](#);
- Cenpec - <https://www.cenpec.org.br/cursos>;
- Itaú Social - [Polo - Itaú Social](#)



6. Educação das Relações étnico-raciais

As discussões sobre as relações étnico-raciais devem integrar o planejamento de todas as instituições educacionais de nossa rede. Os princípios destas ações devem estar pautados na legislação vigente, Lei Federal 11.645/2008, com vistas a este objetivo e em busca da qualidade e alinhamento das ações. É fundamental a formação para professores(as) e gestores(as) da Rede Municipal de Ensino.

Essa ação em parceria visa atender aos propósitos expressos na Constituição Federal em seus Art.5º, I, §1º do Art.210, Art.210, Art.206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, Indicação CNE/CP 6/2006, bem como a alteração trazida à Lei 9.394/96 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), pela Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional); que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos(as) brasileiros(as).

Junta-se, também, o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.096, de 13 de junho de 1990), bem como no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001 e PNE para o decênio 2014/2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014), como dispositivos legais e as reivindicações e propostas do Movimento Negro ao longo do século XX, que apoiam a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, assim como outros que também são comprometidos com a educação de relações étnico-raciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir.

Ainda, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais:

É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. É necessário sublinhar que tais políticas têm, também, como meta o direito dos negros, assim como de todos os cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana 11 conhecimentos; com formação para



lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígenas. Estas condições materiais das escolas e de formação de professores são indispensáveis para uma educação de qualidade, para todos, assim como o é o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos. (DCN, p.10)

Tais legislações não são apenas instrumentos de orientação para o combate à discriminação. São leis que reconhecem “a escola como lugar da formação de cidadãos e de relevância para promover a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil o país rico, múltiplo e plural que somos” (Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana).

Para além dessa matriz, é fundamental que crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos possam refletir sobre a presença indígena, africana e afro-brasileira em nossa constituição. Ou seja, independentemente dos traços fenotípicos da cor ou do pertencimento racial, toda a população brasileira possui em suas crenças e religiosidades, no seu jeito de andar, falar, ver o mundo, comer, vestir, a contribuição das culturas dos povos indígenas e das diferentes etnias africanas que aqui foram forçadas a viver com o tráfico de negros escravizados e, posteriormente, fizeram desse país o seu espaço de cidadania.

Em relação aos professores(as), as posturas discriminatórias se evidenciam pela ausência de reconhecimento das diferenças de origem, pelos maus-tratos e, principalmente, pelo silêncio diante de situações de discriminação vivenciadas pelas crianças negras no espaço escolar.

Por meio de projetos pedagógicos, os(as) professores(as), a comunidade e os demais profissionais envolvidos com a história, a vida e a educação das crianças, poderão construir atividades e desenvolver práticas pedagógicas promotoras da igualdade étnico-racial. Essas atividades contribuirão para a institucionalização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, e também para o desenvolvimento do Plano Nacional de Implementação dessas Diretrizes:



[...] é significativo para o desenvolvimento humano, para a formação da personalidade e aprendizagem. Nos primeiros anos de vida, os espaços coletivos educacionais que a criança pequena frequenta são privilegiados para promover a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito, discriminação e racismo. As crianças deverão ser estimuladas desde muito pequenas a se envolverem em atividades que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico-raciais na construção da história e da cultura brasileiras. (BRASIL, 2009).

Sabemos que há muito a se aprender sobre o continente africano e os processos de recriação de suas culturas, presentes em todos os lugares do mundo para os quais as diferentes etnias africanas foram dispersas, seja por processos comerciais, seja pela imigração espontânea, ou pelo movimento violento do tráfico negroiro.

É preciso garantir o conhecimento público sobre cientistas e artistas negros, filosofias africanas e afro-diaspóricas, línguas africanas e contribuições africanas ao português brasileiro, geografia desse continente e da diáspora, técnicas, astronomia, metalurgia, farmacopeia africanas como temas das aulas da Educação Infantil ao Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais. No que tange à História Geral, o eixo norteador da seleção de temas tem sido a história europeia. A presença negra ora aparece exclusivamente na condição submissa, ora na ambígua condição de resistente: à escravidão ou à modernização? A História da África, em livros didáticos, muitas vezes é reduzida à presença europeia no continente.

É preciso pensar sobre a contribuição de sujeitos negros na constituição do país, reconhecer o trabalho assalariado e as ideias trabalhistas de trabalhadores negros, em detrimento do foco no trabalho escravo e da exclusividade da história das ideias atribuídas aos imigrantes europeus (NASCIMENTO, 2016)

É preciso romper com a pedagogia do silêncio sobre as relações étnico-raciais que impera na educação, apontar a cor dos corpos e reconhecer o corpo negro como lugar de ideias, expressão e criação.

As instituições educacionais devem ser espaços que possibilitem a construção de personalidades humanas autônomas, críticas em que todos aprendam a ser pessoas e sejam levados a exercitar as diferenças pela convivência com seus pares, pelo ensino diversificado ministrado, pelo clima solidário e socioafetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar.

Para que sejam capazes de reconhecer a diversidade de matrizes que



compõem a cultura nacional, é fundamental aos estudantes brancos que sejam capazes de reconhecer a diversidade de matrizes que compõem a cultura nacional, que tenham elementos para compreender culturas que podem eventualmente não conhecer e reconhecer a necessidade de se mobilizar pela igualdade de direitos, compreendendo-a como um produto benéfico para todos. É preciso que estudantes brancos saibam identificar claramente o racismo, para não o praticar

Planejar educação das relações étnico-raciais é buscar fortalecer a valorização da cultura e o reconhecimento da diversidade étnico-racial e, notadamente, a educação antirracista, em prol do combate ao racismo e à discriminação que atingem a sociedade, particularmente, afrodescendente e indígena. Pensar em educar para a formação de atitudes, posturas e valores que conscientizem sobre o pertencimento étnico-racial de cada indivíduo, para a interação e construção de uma sociedade democrática, comprometida com a igualdade, com a garantia de direitos e com a valorização da identidade de todos.

Quando estamos diante da temática Educação para as relações étnico-raciais, precisamos compreender que estamos frente às questões mais amplas que apenas a prática e manutenção da diversidade, uma vez que o escopo dessa temática e, concomitantemente, o seu exercício, refere-se intensamente a uma abordagem antirracista, na atuação efetiva de ações afirmativas no combate a toda e qualquer proposição excludente, ilegítima e de segregação de povos e etnias não brancas, protagonizados por povos eurocêntrico-patriarcais, que há muito tempo impõem sua cultura, saberes e religiosidades como majoritários na constituição de povos escravizados e renegados de nossa terra.

Sendo assim, as propostas pedagógicas de cada unidade escolar têm o desafio de fortalecer esse trabalho, centradas na conscientização e na mudança de comportamento. Cabe salientar que a temática da educação das relações étnico-raciais deve ser trabalhada durante o ano todo, sendo parte da proposta pedagógica da escola.



6.1 Para mais informações consulte o Calendário da Educação para as Relações Étnico-Raciais:

Saiba Mais



6.2 Sugestões de materiais e links para o planejamento de atividades da Educação das Relações Étnico-Raciais

Sugestões de materiais/ links para o planejamento de atividades da Edu...

7. Seção de Apoio aos Programas de Saúde Escolar

A Seção de Apoio aos Programas de Saúde Escolar tem o objetivo de contribuir para o fortalecimento de ações na perspectiva do desenvolvimento integral e proporcionar à comunidade escolar a participação em programas e projetos que promovam a saúde.

Considerando que a escola é um dos locais privilegiados para as práticas de promoção de saúde e de prevenção de agravos de doenças, é fundamental a articulação dessa instituição com as Unidades Básicas de Saúde (UBS), uma vez que a parceria possibilita encaminhamentos, bem com definições acerca dos procedimentos a serem adotados pelas instituições diante de situações relacionadas à saúde do estudante.

Dessa forma, o Programa Saúde na Escola (PSE) e a Seção de Apoio aos Programas de Saúde promovem as respectivas ações:

- Promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos;
- Distribuição de materiais informativos educativos nas Campanhas de Vacinação e Combate à Dengue, em parceria com a Vigilância em Saúde (Divisão de Vigilância Epidemiológica e Zoonoses);
- Sistematização das ações das instituições educacionais diante de situações que envolvam a saúde escolar, em parceria com a Vigilância em Saúde (Divisão de Vigilância Epidemiológica e Zoonoses);



- Promoção da Saúde Bucal na escola, as equipes de Odontologia da Secretaria da Saúde, por meio dos programas SEPTO, MÓDULO e TRAILLER, promovem ações educativas de incentivo ao desenvolvimento do hábito de escovação diária e realizam tratamento dentário, quando necessário, no ambiente escolar.

7.1 Orientações gerais da Seção de Apoio aos Programas de Saúde Escolar:

Uso de repelente - medicamentos - uso de creme para prevenção de assaduras - pediculose - medicamento inalatório para asma - encaminhamento aos serviços de saúde - Atendimento Pedagógico Domiciliar.

Saiba Mais



8. Supervisão de Ensino

No início do ano de 2022 foi criada e compartilhada com as unidades escolares uma pasta no Google Drive, nomeada de "Supervisão", com Instruções, Comunicados e demais documentos relevantes para a organização pedagógica, administrativa e financeira das instituições de ensino. Essa pasta está organizada em subpastas por assuntos específicos, como por exemplo, a subpasta "Atestados Médicos" que traz orientações e documentos da SEDU e SERH sobre o assunto. São diversos temas pertinentes à rotina escolar, organizados em um mesmo espaço de modo a facilitar a consulta e acesso aos materiais.

A equipe de suporte pedagógico pode acessar a Pasta "Supervisão" por meio dos emails(Google) institucionais da escola, do(a) diretor (a), do(a) vice-diretor(a) e do(a) orientador pedagógico. Segue abaixo o link de acesso a pasta, porém não é possível acessá-la se o computador não estiver logado em algum dos e-mails(Google) institucionais descritos acima.

Link da pasta: [Supervisão](#)



9. Divisão de Educação Especial

A evolução dos movimentos histórico-sociais de promoção, proteção e garantia de direitos das pessoas com deficiência, incluindo o direito à educação, alcançou um salto no número de matrículas da Educação Especial, o qual chegou a 1,3 milhão em 2020. (INEP, 2020)

Ainda conforme esses dados, é digno de nota que a maior parte desses estudantes está matriculada no Ensino Fundamental, que concentra 69,6% das matrículas da Educação Especial. E, com exceção da Educação de Jovens e Adultos (EJA), as demais etapas da Educação Básica apresentaram mais de 90% de alunos incluídos em classes comuns em 2020.

A Rede Municipal de Ensino de Sorocaba atende aos princípios descritos na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a qual tem por objetivo assegurar a inclusão escolar dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, público-alvo da Educação Especial conforme definidos no Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146 de 15 de julho de 2015.

Nesse sentido, objetivando acompanhar, promover e implantar políticas públicas educacionais que garantam e fomentem a educação inclusiva em nosso município, foi instituída a Divisão de Educação Especial (DEE), composta pela seção de apoio à educação especial e pela seção de apoio multidisciplinar.

A Divisão de Educação Especial conta com uma equipe multidisciplinar, com foco educacional, que contribui para a valorização e o respeito à diversidade humana, o aprendizado com significado, o princípio de equidade, o respeito pelas necessidades individuais e coletivas, o desenvolvimento das habilidades cognitivo-linguísticas, psicossociais e culturais.

9.1 Seção de Apoio à Equipe Multidisciplinar

Essa seção organiza e acompanha os trabalhos desenvolvidos pela Equipe Multidisciplinar e pelos professores(as) do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), bem como o trabalho de apoio pedagógico realizado no Espaço Escolar Hospitalar do GPACI.



9.2 Equipe Multidisciplinar

A Equipe Multidisciplinar, lotada na seção de apoio à Equipe Multidisciplinar, é composta por Assistentes Sociais, Fonoaudiólogos, Psicólogos, Terapeutas Ocupacionais e Pedagogos, com atuação no trabalho educacional formativo, preventivo e interventivo, junto às instituições Educacionais Municipais, atendendo as demandas escolares/educacionais, em articulação com as demais divisões da Secretaria da Educação, a comunidade escolar e as demais redes de apoio. Esses profissionais estão organizados em três territórios, sendo que cada território desenvolve ações em um conjunto de unidades escolares, conforme descrito posteriormente.

A atuação da equipe multidisciplinar está alinhada ao movimento de ressignificação cultural histórico educacional que, comumente, atribuía a resolução de problemas escolares persistentes à intervenção clínica, tradicionalmente centrada em condições orgânicas, individualizantes e medicalizantes dos estudantes, mas que, no momento, vem ampliando o olhar sobre a quebra de barreiras, em todas as suas formas, visando promover acessibilidade, permanência, participação efetiva e sucesso na educação/aprendizagem dos(as) estudantes, principalmente daqueles com deficiência.

Nessa perspectiva, o trabalho realizado pela equipe multidisciplinar terá como enfoque o apoio às unidades escolares mediante o acolhimento das demandas, análise da situação institucional, proposição, implementação e monitoramento de ações em conjunto com os profissionais da educação e as famílias/responsáveis pelos(as) estudantes público-alvo do Atendimento Educacional Especializado - AEE e/ou atendidos pelos profissionais de apoio.

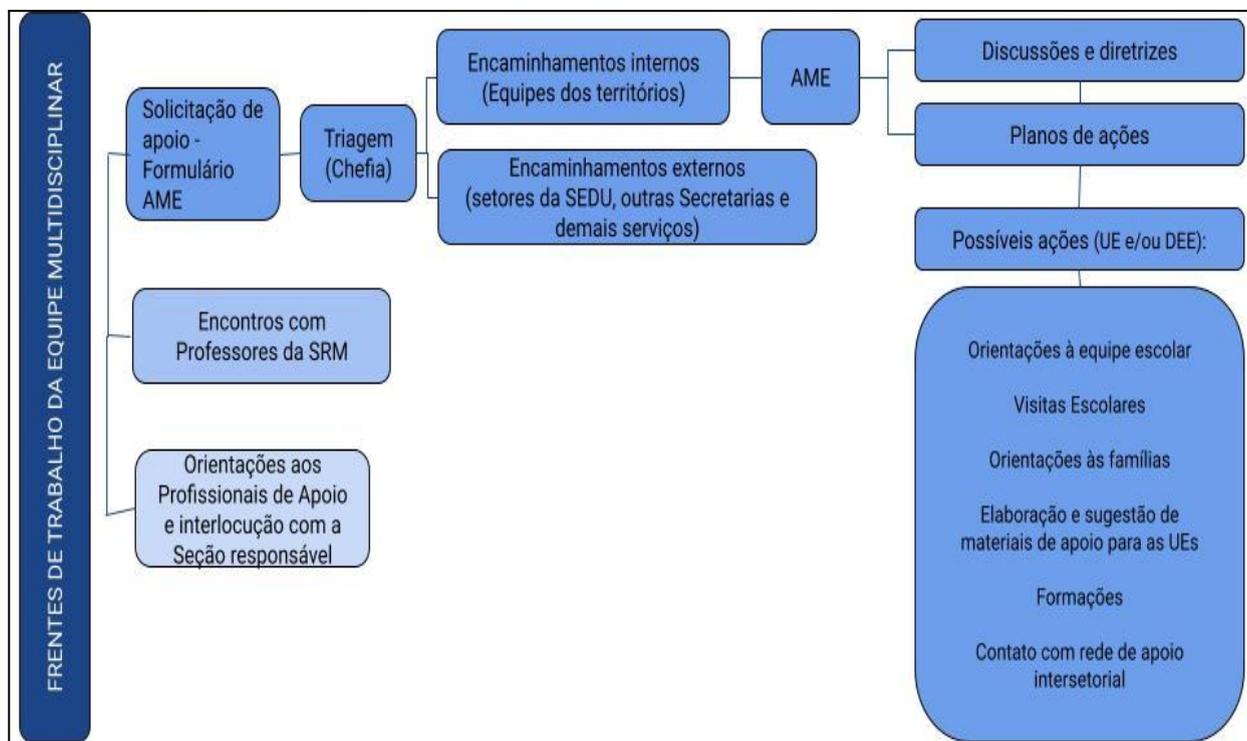
Quando identificada a necessidade de apoio da equipe multidisciplinar para demandas relacionadas ao contexto escolar e ao público-alvo da DEE, a escola deverá preencher o Formulário AME, no link <https://forms.gle/XgEisYGG6KcJiu1M8>, o qual pretende esclarecer e estruturar informações importantes que viabilizem as ações subsequentes.

O link para o formulário AME será **aberto no dia 15 de fevereiro de 2023**, terça-feira, e permanecerá acessível para preenchimento **até o dia 10 de novembro de 2023**, sexta-feira, às 17h, de modo que as equipes de cada território possam



organizar em suas agendas as ações a serem adotadas, após cada reunião AME realizada.

O fluxograma abaixo apresenta as frentes de trabalho da equipe multidisciplinar.



Os quadros a seguir demonstram a organização das instituições educacionais por territórios, para atendimento da Equipe Multidisciplinar:

- Norte:  Atendimento da Equipe Multidisciplinar - Norte
- Oeste:  Atendimento da Equipe Multidisciplinar - Oeste
- Leste:  Atendimento da Equipe Multidisciplinar - Leste

9.3 Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Aos estudantes público-alvo da educação especial no município, conforme definido nos marcos normativos, é ofertado em turno oposto ao do ensino regular, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), complementar ou suplementar, o qual objetiva:



[...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. O AEE complementa ou suplementa a formação do estudante, visando sua autonomia na escola e fora dela [...] (SEESP/MEC,2006)

No sistema de ensino da rede municipal de Sorocaba, o AEE é disponibilizado, em quase sua totalidade, em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) instaladas em unidades escolares desta rede. E, a fim de atender estudantes da creche e do ensino de tempo integral, passará a ser ofertado, a partir de 2023, também, no formato itinerante. As SRM são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos para a oferta do AEE.

O atendimento nas salas de recursos multifuncionais é ministrado por professores(as) integrantes do quadro efetivo do magistério público municipal, com formação complementar em Educação Especial/Inclusiva e ocorre, prioritariamente, no contraturno, exceto no formato itinerante.

O(a) Professor(a) do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é responsável por identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, em articulação com o(a) orientador(a) pedagógico, o(a) professor(a) da sala comum, o(a) professor(a) de Educação Física e a Divisão de Educação Especial, garantindo a participação dos(as) estudantes em contexto escolar.

O ingresso do(a) estudante público-alvo da Educação Especial na Sala de Recursos Multifuncionais poderá ocorrer em qualquer período do ano letivo, bastando à equipe gestora o encaminhamento dos pais/responsáveis para uma das SRM em que haja vaga para a matrícula/atendimento. Ressalte-se que, no caso do AEE, o(a) estudante poderá ser atendido em qualquer uma das SRM em que haja vaga disponível, não sendo obrigatória a matrícula/atendimento na mesma unidade em que estuda, caso a mesma conte com uma SRM.

Cabe ao(à) orientador(a) pedagógico articular junto aos professores(as) do AEE, da sala de aula comum, de Educação Física e demais professores(as) de disciplinas do Ensino Fundamental Anos Finais, assim como os demais profissionais no atendimento ao estudante público-alvo da educação especial, o preenchimento do Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) - modelo da rede municipal de ensino – e o acompanhamento das ações propostas nele, bem como realizar sua atualização com frequência, em parceria com os profissionais já mencionados.



As atribuições do professor(a) do Atendimento Educacional Especializado estão descritas na Instrução Normativa SEDU/GS nº 26/2021.

 Escolas com Salas de Recursos Multifuncionais - AEE 2023.docx

9.4 Classe Hospitalar

O trabalho desenvolvido pelos(as) professores(as) que compõem a equipe da Classe Hospitalar é destinado aos estudantes que se encontram impossibilitados de frequentar as aulas no ambiente escolar, em razão de tratamento de saúde e que implique em internação hospitalar ou atendimento ambulatorial no Hospital GPACI.

O atendimento dos(as) estudantes hospitalizados é realizado no Espaço Escolar Hospitalar no Grupo de Pesquisa e Assistência ao Câncer Infantil (GPACI), com a oferta da “Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais”.

A Instrução Normativa SEDU/GS nº 27/2021 disciplina o formato dos atendimentos realizados nesse espaço.

9.5. Seção de apoio à Educação Especial

 Seção de apoio à Educação Especial

9.6 Profissionais de Apoio

9.6.1 Cuidadores(as) e técnicos(as) de enfermagem

 Cuidadores e Técnicos de Enfermagem

9.6.2 Intérprete de Libras

 Intérprete de Libras

9.6.3 Estagiários(as)

 Estagiário



10. Divisão de Educação Básica

A Divisão de Educação Básica composta pelas Seções de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Tecnologia e Estatística Educacional é responsável pela gestão de atendimento às crianças em idade escolar, entre as principais ações :

- Realizar e monitorar os registros da vida escolar, da Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, EJA (Educação de Jovens e Adultos) e salas de AEE (atendimento educacional especializado);
- Fazer estudos da projeção do Ensino Fundamental e Educação Infantil para o ano subsequente, verificando as demandas de vagas e a necessidade de ampliações e novas construções;
- Gerenciar e realizar o suporte em relação a vagas nas unidades escolares da rede municipal, conveniadas, gestão compartilhada e particulares;
- Acompanhar e fiscalizar os contratos de transporte escolar para os estudantes regularmente matriculados na rede municipal;
- Cadastrar e monitorar as demandas de transporte escolar, nas modalidades de transporte fretado, passe escolar e passe social (fornecido aos pais), para os estudantes da rede municipal, registrando as solicitações, bem como as baixas por transferências dos estudantes e analisar casos omissos por meio de comissão formada por membros da Secretaria da Educação;
- Por intermédio de comunicados sobre a Educação Infantil, informar sobre o calendário de inscrições, divulgações, matrículas e solicitações de transferência da Educação Infantil, que estará disponível durante o ano letivo no site <https://educacao.sorocaba.sp.gov.br>, nas modalidades creches e pré-escola;
- Informar as Unidades Escolares, por meio de comunicados e ofícios, datas importantes, com base na Resolução SEDUC 50 de 21/06/2022, do Estado de São Paulo, que estabelece critérios e procedimentos para a implementação do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar- 2023, com vistas ao pleno atendimento à demanda do Ensino Fundamental e Ensino Médio, na rede pública de ensino do Estado de São Paulo;
- Assistir a administração no que se refere ao funcionamento dos sistemas, SED, SICEM, GTA, EDUCACENSO e SEGUE, que será substituído pelo novo sistema de gestão escolar - GIER Gestão Inteligente de Educação



Responsável, realizando atividades relacionadas à demanda de vagas, matrículas, transferências, remanejamentos, projeções, aberturas e fechamento de turmas/classes e escolas;

- Por meio dos registros nos sistemas, fomentar dados para programas federais tais como: Censo Escolar - Educacenso e Auxílio-Brasil, propulsores de recursos financeiros a serem aplicados em políticas públicas na educação do município, garantindo assim, uma educação de qualidade para todos.

Contatos: deb@sorocaba.sp.gov.br

creche@sorocaba.sp.gov.br

stee@sorocaba.sp.gov.br

transporteescolar@sorocaba.sp.gov.br

Telefones: 3228-9512/3228-9513/3228-9516/3228-9517.

11. Divisão de Obras, Manutenção Escolar e Apoio Logístico

A Divisão de Obras, Manutenção Escolar e Apoio Logístico tem por finalidade: Planejar, coordenar, acompanhar, controlar e orientar as atividades que envolvem as Seções da Divisão.

Tem como objetivo contribuir para a garantia do direito dos estudantes, dos profissionais da educação e da comunidade a qual se insere, frequentar uma escola bonita, higienizada, com acessibilidade, com materiais, recursos e infraestrutura adequada.

Contatos:

E-mail: dalo@sorocaba.sp.gov.br / limpezaescolar@sorocaba.sp.gov.br

Telefone: (15) 3228-9506 / 3228-9511

11.1 Seção de Apoio à Próprios Escolares

Programa Escola Linda de Verdade

- Realizar a manutenção contínua e preventiva das instituições educacionais;
- Serviços de hidráulica, elétrica, civil, vidraçaria e pintura;



- Serviço de roçagem e poda de árvores;
- Limpeza de reservatórios de água;
- Revitalização de reservatórios de água;
- Desinsetização, desratização e descupinização;
- Controle e manejo de pombos;
- Aquisição de filtro central;
- Limpeza de calhas, canaletas e outros;
- Visita técnica para estudos de ampliação, reforma, vistoria de estrutura do prédio e garantia de obras.

Contatos:

E-mail: escolasmanutencao@sorocaba.sp.gov.br

Telefone: (15) 3228-9511 ou (15) 99667-3745(número institucional);

11.2 Seção de Apoio Administrativo e Operacional

A Seção de Apoio Administrativo e Operacional tem por finalidade:

- A responsabilidade de transmitir por e-mail e arquivar as informações, comunicados, orientações e demais documentos técnicos, de caráter normativo interno da Secretaria Municipal da Educação, para as unidades escolares públicas, compartilhadas, conveniadas e rede particular;
- Responsável pelo Protocolo.

Contatos:

E-mail: protocolosedu@sorocaba.sp.gov.br

Telefone: (15) 3228-9500 / 3228-9501 / 3228-9504 / 3228-9505

11.3 Seção de Apoio Administrativo a Equipamentos e Materiais Escolares

A Seção de Apoio Administrativo a Equipamentos e Materiais tem por finalidade:

- Receber, controlar, distribuir materiais de consumo e permanentes entre unidades escolares.



- Acompanhar as transferências de materiais e equipamentos entre as unidades;
- Acompanhar as solicitações de retirada de materiais e equipamentos permanentes considerados como inservíveis;
- Acompanhar a realização do inventário anual das unidades escolares.

Contatos:

E-mail: saemat@sorocaba.sp.gov.br

Telefone: (15) 3228-9535

11.4 Seção de Logística e Suporte às Tecnologias Educacionais.

A Seção de Logística e Suporte às Tecnologias Educacionais tem por finalidade:

- Receber, controlar, distribuir equipamentos de tecnologia educacional e informática entre unidades escolares;
- Acompanhar as solicitações relacionadas a impressoras/toner ;
- Acompanhar as solicitações de manutenção nas redes de internet e telefonia;
- Acompanhar as solicitações de retirada de equipamentos de informática e de tecnologia educacional considerados como inservíveis;
- Acompanhar e auxiliar as solicitações de suporte técnico em relação ao uso de equipamentos de informática;
- Atualizar os grupos de e-mail e criação de novos usuários.

Contatos:

E-mail: edutec@sorocaba.sp.gov.br

Telefone: (15) 3228-9535

<https://sites.google.com/seducacao.sorocaba.sp.gov.br/caderno-de-formacao/canal-edutec/servi%C3%A7os-edutec?authuser=0&pli=1#h.gz3f4oe32r9>

Contatos:

E-mail: suporteinformatica.sedu@sorocaba.sp.gov.br



12. Divisão de Alimentação Escolar

12.1 Orientações gerais da Seção de Apoio à Alimentação Escolar (SAAE)

A Seção de Apoio à Alimentação Escolar (SAAE), da Secretaria da Educação (SEDU), é a responsável pelo planejamento, desenvolvimento, operacionalização e fiscalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em Sorocaba.

O PNAE visa atender e suprir as necessidades nutricionais dos estudantes da rede pública durante sua permanência na escola, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar e para a formação de bons hábitos alimentares, por meio da oferta de uma alimentação saudável, equilibrada e adequada para as crianças.

A seguir, apresentam-se as principais orientações, documentos, controles, entre outros, essenciais na integração da unidade escolar com a SAAE, esperando contribuir para um bom atendimento aos estudantes da rede.

12.2 Cardápios

Os cardápios da Alimentação Escolar são elaborados mensalmente pelas nutricionistas da SAAE, de acordo com as diretrizes e recomendações nutricionais estabelecidas pela Resolução CD/FNDE n° 06, de 08 de maio de 2020.

Os cardápios visam atender às necessidades nutricionais dos estudantes, considerando sua faixa etária e o tempo de permanência na escola, observando o emprego da alimentação saudável, adequada e variada, a partir da utilização de alimentos que fazem parte da cultura e dos hábitos regionais, levando em consideração também os aspectos sensoriais (cores, sabores, textura), combinação de alimentos e técnicas de preparo.

Dessa forma, os cardápios consistem em uma importante ferramenta de educação alimentar e nutricional.



Os cardápios de todas as etapas de ensino serão publicados mensalmente no site da SEDU (<http://educacao.sorocaba.sp.gov.br/destaques/alimentacao-escolar>) e também no Jornal do Município.

Conforme determinado pela Lei Municipal nº 11.322, de 16/05/2016, os cardápios deverão ser impressos pela equipe gestora da unidade escolar e afixados no mural, a fim de que sejam amplamente divulgados à comunidade escolar.

12.3 Alterações de cardápios

Os alimentos previstos nos cardápios são entregues semanalmente nas escolas, seguindo cronograma de entregas e logística preestabelecidos pela SAAE e pela empresa terceirizada PACK FOOD.

Sendo assim, qualquer alteração de cardápio deve ser solicitada à SAAE com antecedência mínima de 15 dias, pelo e-mail alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br, acompanhada de justificativa (como, por exemplo, reunião, atividades extracurriculares, entre outros), para análise e adequações, evitando o desperdício de alimentos na unidade escolar (tendo em vista que grande parte dos gêneros são perecíveis, como hortifrúteis, carnes, pães).

É importante salientar que os nutricionistas supervisores da empresa terceirizada não possuem autonomia para realizar alterações de cardápio sem autorização da SAAE.

12.4. Cardápios Especiais

A fim de alinhar as ações educativas e pedagógicas das escolas com o atendimento da alimentação escolar, a SEDU definiu os períodos para realização das festividades celebradas ao longo de 2022 com cardápios especiais, conforme abaixo:



CARDÁPIOS ESPECIAIS	PERÍODO
Semana Municipal de Combate e Prevenção à Obesidade (instituída pela Lei Municipal nº 8.121, de 02 de abril de 2007)	Dias 04 e 05/04/2023
Dia do Tropeiro (22/05)	Entre 23 a 25/05/2023
Festa Junina	Entre 28 a 30/06/2023
Aniversário de Sorocaba (15/08)	Dia 17 ou 18/08/2023
Dia das Crianças (12/10)	Entre 09 a 11/10/2023
Dia Mundial da Alimentação Saudável (16/10)	Dias 16 e 17/10/2023
Almoço de Confraternização e Formatura	Dias 07 e 08/12/2023

As preparações especiais de cada data comemorativa serão apresentadas no cardápio do respectivo mês, publicado no site da SEDU.

O cardápio festivo proposto poderá ser remanejado pela direção escolar, exclusivamente dentro das datas apresentadas acima, sob autorização da SAAE, após encaminhamento de solicitação para o e-mail alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br. Os cardápios do Dia das Crianças e os Almoços de Confraternização e de Formatura não poderão ter as suas datas alteradas, devido à entrega dos gêneros perecíveis.

12.5 Mais orientações sobre Alimentação Escolar:

Saiba Mais



Canais de atendimento da Seção de Apoio à Alimentação Escolar (SAAE):

E-mail: alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br



13. Programas e Projetos

13.1 Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)

Definição

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) consiste na destinação anual, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de recursos financeiros, em caráter suplementar, às escolas públicas e privadas de educação especial, que possuam alunos matriculados na educação básica, e a polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que oferecem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação.

Atualmente o PDDE é regido pela [Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 de setembro de 2021](#), que dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

Objetivo do Programa

Contribuir para o provimento das necessidades prioritárias das unidades escolares, de modo a concorrer para a garantia de seu funcionamento, a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica, bem como incentivar a autogestão escolar e o exercício da cidadania com a participação da comunidade no controle social dos recursos repassados pelo programa.

Condição para receber os recursos do PDDE Básico e ações agregadas

- a) Realizar o cadastro ou atualização cadastral, a cada exercício, por meio do sistema PDDEweb, até o dia 31 de outubro de cada exercício;
- b) Estar com o mandato do dirigente da UEx vigente no ano de repasse. O mandato deve estar dentro do prazo de validade tanto no Sistema PDDEWeb quanto na Agência Bancária;
- c) Não possuir inadimplência com prestação de contas de recursos do PDDE,



recebidos em anos anteriores.

Links úteis:

[Acesso ao Sistema PDDEWeb](#)

[Passo a passo para atualização cadastral](#)

Informações Gerais:

- Quando ocorre o pagamento do PDDE Básico?
- Utilização dos recursos
- No que não podem ser empregados os recursos
- Ações Integradas
- Como saber se uma despesa é custeio ou capital?
- Realização de pesquisas de preços
- Dúvidas Frequentes

Responsável pela emissão do cartão PDDE

Os processos de abertura da conta de relacionamento (conta que viabiliza o funcionamento da conta cartão), cadastramento do primeiro portador e pedido do plástico são feitos exclusivamente pelo Banco do Brasil.

Link: [Guia de Relacionamento com o Banco do Brasil – 2022](#)

Formas de pagamento

Além de pagamentos por meio de máquina leitora de cartão magnético, também podem ser efetuadas transferências de valores para contas do Banco do Brasil e outros bancos (DOC e TED), emissão de ordens de pagamento e saques em terminais de autoatendimento.

As contas antigas e as contas das ações integradas, em sua maioria, são movimentadas com cheque. Também é autorizado exclusivamente para o pagamento de despesas do PDDE Ações Integradas, o uso do Pix.

Importante:

- O cartão somente poderá ser utilizado para o PDDE Básico, ou seja,



não há cartão ainda para as Ações Integradas;

- A modalidade de pagamento denominada “**Pix**” somente poderá ser utilizada, por enquanto, para as Ações Integradas.

Prestação de Contas

Como devem ser as prestações de contas das ações agregadas?

Nos mesmos moldes operacionais e regulamentares do PDDE Básico, a unidade escolar deverá apresentar uma prestação de contas para cada ação agregada, sendo que, os programas que tiverem recursos depositados na mesma conta bancária, pode ser apresentada uma prestação apenas. (Exemplo: recursos do Programa Mais Alfabetização e Educação Conectada geralmente são depositados na mesma conta, portanto, pode ser apresentada uma prestação de contas referente aos dois programas).

Link Documentos para entregar nas prestações de contas

 Documentos para entregar nas prestações de contas

Links úteis:

[Guia de Perguntas e Respostas sobre a Prestação de Contas do PDDE](#)

[Guia de Execução dos recursos do PDDE 2022](#)

Sistema PDDE interativo

O PDDE Interativo é o ambiente informatizado (plataforma), utilizado pelas escolas públicas, Secretarias de Educação e pelo MEC, onde é realizado o plano de aplicação financeira das ações integradas como por exemplo: Educação Conectada, Sala de Recursos, Tempo de Aprender, entre outros.

O sistema é uma ferramenta de planejamento da gestão escolar disponível para todas as escolas públicas. Foi desenvolvido pelo Ministério da Educação em parceria com as secretarias estaduais e municipais e sua principal característica é a natureza autoinstrucional e interativa de cada tela.

Como acessar?



1. Para acessar o PDDE Interativo é preciso solicitar cadastro no endereço [HTTP://pddeinterativo.mec.gov.br](http://pddeinterativo.mec.gov.br) (usar navegador Firefox);
2. Após a solicitação é preciso ter o cadastro ativado pela equipe da Secretaria da Educação.

Observação: Todos (as) os (as) diretores (as) deverão ter acesso ao sistema.

Contatos:

E-mail: pdde@sorocaba.sp.gov.br

Telefone: (15) 3228-9521

13.2 Fundo Rotativo da Escola (FRE)

O Fundo Rotativo da Escola – FRE foi instituído pela Lei Municipal nº 12.277/2021, regulamentado pelo Decreto Nº 27.407/2022 e compreende a realização de Termos de Colaboração, construídos e celebrados em consonância com a Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto nº 27.407/2022 e Instrução nº 01/2020, atualizada pela Resolução n.º 11/2021, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

O FRE tem a finalidade de prestar assistência financeira às Associações de Pais e Mestres - **APMs** com o objetivo de promover a ampliação da gestão financeira descentralizada das unidades escolares municipais, para a execução de intervenções prediais, serviços de manutenção, reparos e conservação do prédio escolar, bem como aquisição de materiais de consumo e materiais permanentes nas unidades escolares a elas vinculadas.

Para maiores informações e orientações consultar o Manual Técnico Operacional do Fundo Rotativo da Escola - FRE disponível no site <https://educacao.sorocaba.sp.gov.br>.



13.3 Projeto Oficinas de Aprendizagem - Recuperação Paralela

As aulas do Projeto serão oferecidas para os(as) estudantes do Ensino Fundamental Anos Iniciais (4° e 5° ano) e Finais (6° ao 9° ano) da rede municipal, nos componentes curriculares de Língua Portuguesa, com foco no processo de alfabetização, linguagem (leitura, interpretação e escrita de textos) e Matemática, no desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático.

Os(as) estudantes de 4° e 5° ano serão priorizados na participação do Projeto das Oficinas de Aprendizagem a partir dos resultados das avaliações diagnósticas presenciais que apresentam desempenho insatisfatório em:

- a) Nos níveis de escrita pré-silábico ao alfabético - que escrevem apenas lista de palavras com sílabas canônicas - e/ou
- b) Na interpretação e produção de textos e/ou
- c) Que se encontram em processo de alfabetização matemática (não compreendem o sistema de numeração decimal e não resolvem situações-problema);

Os(as) estudantes do 6° ao 9° ano que apresentam desempenho insatisfatório na interpretação e produção de textos e no desenvolvimento das habilidades relacionadas ao raciocínio lógico-matemático.

A equipe pedagógica deve observar cuidadosamente o número de estudantes indicados para as Oficinas de Aprendizagem considerando que, quando esse for superior a 10% do total de estudantes da escola, pode ser um indicador que revele a necessidade de se rever ou aprimorar os caminhos e práticas que compõem a proposta pedagógica da escola.

[...] grande parte do mau desempenho dos alunos, agravado pelos problemas da reprovação e da preparação insatisfatória, prévia e em serviço, dos professores, é devido à insuficiência de diálogos e metodologia de trabalhos diversificados na sala de aula, que permitam a expressão de níveis diferenciados de compreensão, de conhecimentos e de valores (Parecer CNE/CEB N°04/98).

Ao considerar que as Oficinas de Aprendizagem apresentam-se como um período em que a escola proporciona oportunidades a mais (e não as mesmas), de aprendizagem aos estudantes, é fundamental que ocorra acompanhamento por



parte da equipe pedagógica (professores(as) da turma, professor(a) do projeto e suporte pedagógico), para que, constatados avanços do(a) estudante, reavaliar-se a necessidade do mesmo permanecer ou redefinam-se as intervenções pedagógicas para otimização das aprendizagens. Os(as) estudantes só serão atendidos com a anuência dos pais ou responsáveis (termo de autorização), e desde que atendam aos critérios previstos no projeto.

As aulas acontecerão com 15 (quinze) estudantes e serão atendidos 4 h/a semanais, divididos em 2 h/a na semana para cada componente curricular (Língua Portuguesa ou Matemática).

O(a) professor(a) que atuará no projeto deverá participar mensalmente de reuniões de formação, em local determinado pela Secretaria da Educação com professor(a) responsável pelo Projeto Oficinas de Aprendizagem da Secretaria Municipal da Educação.

Para atendimento das especificidades de aprendizagem dos(as) estudantes do Projeto, as Oficinas de Aprendizagem deverão ser subdivididas em Oficinas de Língua Portuguesa e Oficinas de Matemática.

As ações planejadas para as Oficinas de Aprendizagem devem oportunizar aos estudantes e aos seus familiares a conquista da autoestima e da autoconfiança relacionadas ao processo de aprendizagem.

Cabe aos(às) professores(as):

- I. Apoiar a Orientação Pedagógica na constituição das turmas;
- II. Analisar as Atas de Conselho de Classe Ano/Série/Termo de 2022 para identificação das dificuldades de aprendizagem;
- III. Elaborar o Plano de Trabalho das Oficinas de Aprendizagem para a unidade escolar, em conjunto com os demais professores(as) e acompanhamento do(a) Orientador(a) Pedagógico;
- IV. Dialogar com os(as) professores(as) sobre as percepções da semana de diagnóstico/sondagem;
- V. Priorizar as demandas específicas de aprendizagem dos(as) estudantes na Leitura, Escrita e na Matemática.



VI. Organizar os registros de Recuperação referentes: à frequência dos(as) estudantes e ao acompanhamento/monitoramento da aprendizagem, junto ao Orientador(a) Pedagógico(a).

Plano de trabalho

A. Considerar enquanto princípio norteador, para a construção do Plano de Trabalho das Oficinas de Aprendizagem, o disposto na LDB no Art. 3º: O ensino fundamental obrigatório terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

B. Os Eixos/Aspectos do desenvolvimento e aprendizagem a serem utilizados nas Oficinas de Aprendizagem, tanto para o planejamento do(a) professor(a), quanto para avaliação (contínua e formativa) do(a) estudante devem objetivar o resgate do desenvolvimento/aquisição de habilidades fundamentais e estruturantes das aprendizagens;

C. As atividades planejadas, propostas e desenvolvidas pela equipe de professores(as) nas Oficinas de Aprendizagem, precisam ter como premissa a necessidade de se desenvolver os conteúdos por meio de diferentes estratégias, para que o fazer pedagógico se apresente por meio de outros caminhos didáticos, viabilizando as possibilidades de desenvolvimento de cada estudante. Portanto, é fundamental que a equipe pedagógica use de criatividade, de conhecimentos e de posturas interventivas que atendam e atinjam os estudantes a partir das suas potencialidades;

D. Orienta-se que as equipes pedagógicas realizem, assim que as turmas das Oficinas de Aprendizagem estejam organizadas, uma reunião com os pais dos estudantes envolvidos, com o propósito de esclarecer sobre a importância da participação e presença dos(as) respectivos(as) estudantes nas aulas do projeto.



Acompanhamento dos resultados

A. A avaliação deve ser vista como acompanhamento investigativo da aprendizagem, portanto, contínua e formativa, com base em critérios que viabilizem, sobretudo, melhorar o desempenho do estudante, servindo de instrumento de reflexão e aprimoramento para o trabalho do(a) professor(a) e não somente examinar o quanto o(a) estudante sabe, em função da produção de um resultado.

B. A presença e ausência dos estudantes deverão ser registradas no diário de classe, bem como os conteúdos desenvolvidos em cada dia de aula da Oficina de Aprendizagem.

13.4 Projeto Envolver para (Des)envolver

A Secretaria Municipal da Educação de Sorocaba apresenta o Projeto “Envolver para (Des)envolver” que compreende as ações formativas proporcionadas aos estagiários(as) que atuam na Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais e em turmas com crianças público-alvo da educação especial da Rede Municipal de Ensino.

Como objetivo específico, pretende-se envolver os(as) professores(as) e estagiários(as) colaborativamente nas situações de ensino.

Poderão se inscrever todas as Instituições de Ensino Superior com os cursos presenciais e a distância com Polo em Sorocaba, de Letras, Pedagogia, Matemática e Educação Física, devidamente autorizados e reconhecidos pelo MEC, sendo a forma de atuação, conforme segue:

Curso	Atuação
Pedagogia	Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais
Letras e Matemática	Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais
Educação Física	Ensino Fundamental Anos Iniciais

As ações formativas aos (às) estagiários (as) serão planejadas e desenvolvidas pela Secretaria da Educação com datas a serem definidas e o acompanhamento das ações formativas acontecerá por meio de avaliação ao final dos encontros.



Cabe à Secretaria de Educação:

- Celebrar convênios com as Instituições de Ensino Superior para execução do Projeto Envolver para (Des)envolver;
- Elaborar documentos de regulamentação do Projeto;
- Orientar as Instituições de Ensino Superior quanto aos prazos, documentação e demais procedimentos para celebração e execução dos convênios para formação dos estagiários(as);
- Planejar e desenvolver ações formativas aos estagiários(as) atuantes na rede municipal.

Cabe à direção da escola e supervisor(a) de estágio:

- Promover, na escola, momentos de integração e diálogo entre os(as) professores(as) e os(as) estagiários(as) e toda equipe pedagógica;
- Entregar a documentação do(a) estagiário(a) solicitada periodicamente pela SEDU;
- Proceder a avaliação do estagiário(a), conforme orientações encaminhadas pela SEDU.

Cabe aos(às) Docentes:

- Orientar as ações pedagógicas a ser desempenhadas e acompanhar a atuação do(a) estagiário(a);
- Informar à direção da escola situações que enredam no cancelamento ou na suspensão da bolsa do(a) estagiário (a).

Cabe aos(às) estagiários(as):

- Estar regularmente matriculados(as) e frequentes no estabelecimento de ensino nos cursos de licenciaturas em Pedagogia, Letras, Matemática e Educação Física;
- Participar das atividades do projeto Envolver para (Des)envolver;
- Ampliar as ações definidas no plano de atividades;
- Idealizar planos de aula sob orientação do(a) docente;
- Cumprir a carga horária estabelecida;
- Comunicar qualquer intercorrência no andamento do projeto;



- Participar das ações formativas propostas pela Secretaria da Educação com datas a serem definidas.

Plano de atividades do estágio

O Plano de Atividades do estágio é composto pelas atividades gerais e comuns a todos(as) os(as) estagiários(as), a saber:

- Conhecer o Planejamento do(a) professor(a) e demais profissionais que integram a equipe escolar;
 - Auxiliar o trabalho pedagógico do(a) professor(a) e demais profissionais que integram a equipe escolar, bem como das questões do educar e cuidar considerando o afeto no desenvolvimento das atividades do cotidiano escolar, individualmente ou em grupos;
 - Participar de projetos e/ou atividades articulados ao Projeto Político-Pedagógico da escola;
 - Sob orientação do Suporte Pedagógico e dos demais profissionais que integram a equipe escolar, desenvolver ações valendo-se de metodologias variadas e contextualizadas com abordagem interdisciplinar, de modo que atendam às necessidades de aprendizagem dos(as) estudantes da rede municipal de ensino;
 - Executar atividades correlatas à educação, orientadas pelo suporte pedagógico e dos(as) professores(as), respeitada a sua condição de educador(a) em formação;
 - Participar de reuniões, formações e convocações na unidade escolar e/ou em local a ser estabelecido pela Secretaria da Educação;
 - Oferecer suporte pedagógico para estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE), sob supervisão do(a) professor(a) e, cooperando, também, nas atividades de vida diárias (AVDs), em todos os espaços escolares.
 - Link para acessar o Projeto Envolver para (Des)envolver na íntegra e outros documentos referentes ao projeto:

Saiba Mais





13.5 Projeto Mind Lab

A Secretaria Municipal da Educação de Sorocaba apresenta o Projeto Mind Lab para o Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais sendo o público-alvo os estudantes do 1º ao 9º ano.

O Mind Lab é um recurso pedagógico que visa diminuir os impactos na aprendizagem dos estudantes em virtude das consequências da pandemia de COVID-19, pois contribui para criação e aperfeiçoamento de novas estratégias de ensino, bem como permitir seu uso com segurança e qualidade, revigorando as práticas educativas, envolvendo os estudantes. Sua finalidade é contribuir com o desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas ao raciocínio lógico, habilidades cognitivas e emocionais a partir de resolução de problemas.

Compõem o material um kit por estudante, um kit por professor e um kit escolar. Os kits contam com livro do aluno, livro para o professor, jogoteca, livro da família e uma diversidade de jogos.

O kit do estudante é consumível e composto por: livro do aluno, jogoteca e livro da família, cuja finalidade é ampliar o envolvimento dos familiares e o interesse do estudante pela atividade pedagógica proposta. Destaca-se a importância do recurso para tornar a prática educativa eficaz em dotar os estudantes de estratégias e atitudes que lhes permitam refletir diante de problemas, analisar as possibilidades de resolução e apontar as soluções possíveis.

O processo formativo e de acompanhamento da implementação do projeto é fundamental para que os educadores possam conhecer o material e inserir no cotidiano escolar sua utilização, possibilitando a participação ativa dos estudantes nas situações de aprendizagem propostas.

O projeto conta com a disponibilidade de uma plataforma com versão digital de todos os jogos e ainda, material complementar de estudo e apoio pedagógico dos formadores do projeto aos professores aplicadores.

Na área destinada aos estudantes dentro da Plataforma Mind Lab, chamada Mindzup, o acesso proporciona experiência digital do Programa Mentel Inovadora estimulando o desenvolvimento de habilidades cognitivas, socioemocionais e éticas. Este por sua vez, complementa o aprendizado e permite que o(a) estudante tenha



uma experiência autônoma, fechando o ciclo de transcendência do Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais.

As etapas para implementação do projeto Mind Lab, são:

- 1- Entrega dos materiais nas instituições educacionais;
- 2- Organização dos materiais pelo suporte pedagógico e equipe escolar de acordo com cada kit que compõe o material:
 - a) Kit escola ou laboratório de jogos: materiais utilizados semanalmente na aplicação da metodologia e compartilhado por todas as turmas;
 - b) Kit do(a) professor(a): material utilizado pelo(a) professor(a) para consulta e aplicação da metodologia, composto por livro da família, jogoteca, livros de atividades do 1º e 2º semestres e livros do(a) professor(a) do 1º e 2º semestres;
 - c) Kit do aluno: material utilizado pelos estudantes em sala de aula e em casa, composto por livro da família, jogoteca, livro de atividades do 1º e 2º semestre;
- 3- Cadastro na plataforma para acessar as tutorias e materiais digitais;
- 4- Cadastro dos(as) estudantes para utilizar o Mindzup, que é a área destinada aos estudantes, dentro da plataforma do Mind Lab.
- 5- Plano formativo a ser divulgado no início do ano letivo de 2023.



13.6 Programa EDUTEC - Tecnologias Educacionais

Considera-se a tecnologia e a informática parte integrante do cotidiano e das vivências sociais, pois estão presentes na maneira como se dá o acesso ao conhecimento, busca e troca de informações e na comunicação com outras pessoas. Nesse contexto, é fundamental que os conceitos, mecanismos e implicações destas áreas sejam disseminados amplamente de forma que possam fomentar a atuação crítica enquanto cidadãos do século XXI.

O campo das tecnologias contempla as habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular, onde de forma mais sensível encontramos estes eixos, nas dimensões 4 e 5 na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), referências da relevância do projeto.

- **Competência 4:** Comunicação:

Utilizar diferentes linguagens - verbal (oral ou visual-motora, como Libras e escrita), corporal, visual, sonora e digital -, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo (BRASIL, 2017, p. 9).

- **Competência 5:** Cultura digital:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2017, p. 9).

No Plano Municipal da Educação (2015), ratifica-se a importância do acesso à tecnologias digitais como uma das metas a serem cumpridas na educação básica ao propor: “Utilizar, nas diferentes etapas de ensino da educação básica, as tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas como recursos pedagógicos” (2015, p.37).

O Marco Referencial da Rede de Ensino Municipal de Sorocaba, apresenta-nos que:

[...] a necessidade de repensar os espaços de aprendizagens, estratégias de ensino e o uso das tecnologias digitais, faz-se importante para que se tenha como premissa a mudança da prática escolar, proporcionando



recursos necessários para que isso se efetive [...] A utilização das tecnologias educacionais nos processos de ensino e de aprendizagem pode promover a capacitação dos profissionais da educação e apoiar o gerenciamento dos recursos tecnológicos necessários para o alcance desses objetivos (2017, p. 49).

Ao iniciar qualquer ação envolvendo tecnologia educacional, é importante sempre ter em mente o conceito de tecnologia, que, apesar de amplo e complexo, pode ser simplificado à ideia do estudo da técnica, do estudo da própria atividade do modificar, do transformar, do agir.

A partir disso, entende-se que a tecnologia não está apenas relacionada a grandes invenções digitais, internet das coisas (IOT), realidade virtual ou qualquer outro conceito atual que perpassa nosso cotidiano, mas em sua essência, a ação do ser humano sobre a sua realidade, utilizando diferentes ferramentas e metodologias. Logo é parte inerente do processo didático-pedagógico, visto como uma ação essencialmente humana.

As ações de tecnologia educacional, além de serem indispensáveis na composição do Projeto Político Pedagógico, devem também estar relacionadas com as propostas do Programa Edutec, como veremos a seguir.

O **Programa EDUTEC - Educação, Tecnologia e Comunicação**, presente no Caderno de Programas e Projetos 2021 - 2024, tem em suas bases as concepções e princípios pedagógicos que orientam o Marco Referencial assim como os demais princípios que orientam os programas da Rede Municipal: as pedagogias participativas; o desemparedamento, a educação antirracista e a educação inclusiva.

O programa de modernização tecnológica das ações pedagógicas e administrativas da Rede Municipal de Educação de forma humanizada com foco na Inovação, Ciência e Tecnologia, que tem os seguintes objetivos:

- Desenvolver projetos de formação continuada para profissionais da educação nos eixos: Cultura Digital, Tecnologia Digital, Pensamento Computacional, Educomunicação, Ciência e Inovação;
- Desenvolver espaços, para além das instituições de ensino, para o desenvolvimento da educação digital e tecnológica com olhar humanizado e voltado para a concepção de infância e juventudes propostas nos documentos orientadores da Rede Municipal de Sorocaba;



- Estimular ações descentralizadas para o fomento e difusão de pesquisas e projetos sobre Educação, Tecnologia, Comunicação e Inovação no município de Sorocaba;
- Desenvolver Políticas Públicas para a área de Educação, Tecnologia, Comunicação e Inovação;
- Informatizar processos administrativos e pedagógicos da Secretaria da Educação;
- Ampliar o acesso à internet nas instituições de ensino;
- Garantir acesso a equipamentos digitais: laptops, dispositivos móveis, lousas interativas entre outros para estudantes e educadores
- Promover ações de Inclusão Digital para estudantes sem acesso à internet e a equipamentos digitais.

O Programa se constitui nos eixos:

Eixos Programa EDUTECH

O Programa EDUTECH conta com os seguintes projetos e ações:

1. Projeto Google for Education - Criação e gerenciamento de contas para profissionais da educação, formação inicial e certificada, além de atendimento personalizado de acordo com as necessidades da Rede. Para 2023, a Secretaria da Educação contará com a disponibilização de contas institucionais para estudantes e de ferramentas para uso pedagógico Google, além de formação continuada aos profissionais que participaram do primeiro ciclo. Os(as) estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental também serão contemplados com formação específica e certificada Google.

2. Projeto Conectividade - Expansão da conectividade banda larga nas instituições de ensino do município de Sorocaba em ação conjunta entre Secretaria da Educação de Sorocaba e equipe de Tecnologia de Informação da Prefeitura Municipal de Sorocaba. Em 2022, o Projeto Conectividade contemplou mais de 90% das escolas. Para 2023, a meta é atingir 100% das escolas com internet rápida e de qualidade.



3. Telas Interativas: Projetos Tablet Educacional, Chromebooks e Lousa Digital - Ação em andamento que possibilitou o acesso digital, para estudantes, docentes, equipes gestoras e demais funcionários de apoio e/ou administrativos, por meio de diferentes telas interativas: tablets - para todas as escolas de Ensino Fundamental, chromebooks - para todos(as) os(as) professores(as) atuando em sala de aula, lousa digital - mais de 900 novas lousas instaladas e substituição de mais de 200 lousas antigas, dentre outras. Para 2023, será ampliada a quantidade de tablets por escola, além de chromebooks para uso dos estudantes.

4. Projeto Espaço Maker - Criação de espaços e estrutura de apoio pedagógico nas instituições de ensino com o objetivo de estimular a criação de soluções, ferramentas, tecnologias digitais e/ou analógicas, permitindo a exploração da curiosidade e do desenvolvimento do pensamento científico em escolas de Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais. Para 2022, deverão ser entregues 29 salas em escolas que foram beneficiadas pelo FRE (Fundo Rotativo da Escola) e incluíram a criação do espaço em seu plano de trabalho. Para 2023, a previsão é de que mais escolas se disponibilizem a criar o Espaço Maker.

5. Projeto Robótica Móvel - Projeto em parceria com o Parque Tecnológico de Sorocaba, em que um laboratório de robótica móvel (estruturado em um ônibus), proporciona atividades durante 15 dias em cada uma das escolas de Ensino Fundamental Anos Finais. Apenas em 2022, foram beneficiados quase 250 estudantes. Para 2023, a proposta é ampliar ainda mais esse atendimento, além de incluir estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental.

6. Projeto Robótica Educacional - Em 2023, está previsto a aquisição de novos kits estruturados para Robótica Educacional e formação de professores(as), com o objetivo de promover o desenvolvimento de diversas habilidades e competências para estudantes desde a Educação Infantil até os anos finais do Ensino Fundamental.



7. **Projeto Conect@** - Ressignificação dos prédios públicos outrora conhecido como “Sabe-tudo”, com foco nas áreas de: Cultura Digital, Tecnologia Digital e Pensamento Computacional para estudantes da rede pública. O projeto está em processo de aquisição de serviço e documentação para a licitação em 2023.

13.7 Projeto "Eu pratico" - Esporte Educacional Escolar

O Projeto “Eu pratico” - Esporte Educacional Escolar nasce com o propósito de cumprir as legislações brasileiras vigentes referentes à destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do esporte educacional e apoio às práticas desportivas não formais praticadas nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação. O movimento engendrado é de ultrapassar limitadores, tais como a seletividade e a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer.

Conforme dispõe a Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 217, que “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um” (BRASIL, 1988). Não obstante, em seu inciso II, determina “a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional” (Op. Cit.). No Brasil, por lei, o esporte é estruturado em três dimensões, são elas: o desporto educacional, desporto de participação e desporto de rendimento, que de acordo com a Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000 que em seu Capítulo III, artigo 3º, inciso I reconhece o desporto educacional como aquele:

[...] praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer (Op. Cit.).

A Lei de Diretrizes e Base de 1996, em seu artigo 27 prevê que: “Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais” (BRASIL, 1996).



No capítulo IV, art. 59 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): “Os Municípios com o apoio dos Estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas à infância e juventude” (BRASIL, 1990) .

Observa-se também a valorização pela UNESCO (2004):

[...] da importância da prática do esporte no desenvolvimento dos povos, na convicção de que o esporte e a educação física podem contribuir positivamente nas problemáticas de saúde e bem-estar, na diminuição da desigualdade, no resgate de valores e de princípios, entre outras questões (BRASIL, 2004, s/p).

A Declaração da IV Conferência Internacional de Ministros, Altos Funcionários e Responsáveis pela Educação Física e Esportes realizada em Atenas, em 2004, apresenta questões prioritárias e recomenda aos governos que sejam essas implementadas nos países para favorecer o desenvolvimento social por meio de políticas de prática esportiva.

Outro aspecto importante, trazido pelo Marco Referencial da Rede Municipal de Sorocaba (2016), está relacionado com

[...] as singularidades dos sujeitos da Educação Básica, que já se constituem cidadãos e cidadãs de direitos e ativos cultural e socialmente, produtores de cultura, ciência, esporte e arte, que compartilham saberes ao longo do seu processo de desenvolvimento cognitivo, físico, emocional e sócio afetivo (SOROCABA, 2016).

Nas atividades físicas educativas, dentro dessas três áreas de atuação pedagógica, Freire (1998, apud ROSSETTO JR., 2007, p. 16-18) apresenta a Metodologia Triangular do Esporte Educacional, que traz três princípios:

- **Ensinar esporte para todos:** independente da habilidade técnica, potencialidades e limitações, o fundamental é a inclusão e participação de todos.
- **Ensinar bem esporte para todos:** para além da compreensão da técnica e tática, mediar o conhecimento sobre o esporte, de maneira que todos o aprendam e possam, por meio dele, refletir sobre a prática e a aprendizagem.



- **Ensinar mais do que esporte para todos:** ensinar o esporte de forma que crianças e adolescentes se apropriem de conhecimentos referentes à cultura, à saúde, à cidadania, à comunidade e ao desenvolvimento do protagonismo.

Isto posto, a execução desse projeto trará oportunidade aos estudantes da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba de conhecer e de praticar diferentes modalidades esportivas de forma específica e orientada. Com isso, tem-se o objetivo cumprir as legislações vigentes e ampliar o repertório de atividades esportivas educacionais, visando uma educação inclusiva e o desenvolvimento integral da criança e do adolescente nas dimensões cognitivas, socioafetivas e psicomotoras. Assim, o projeto traz como objetivos específicos:

- Ampliar a agenda esportiva para os estudantes matriculados no Ensino Fundamental Anos Iniciais (3º ao 5º ano) e Finais (6º ao 9º ano);
- Ofertar prática esportiva educacional nas Instituições Educacionais no contra turno escolar;
- Ofertar práticas da cultura corporal do movimento humano;
- Fomentar o desporto educacional na Rede municipal de Ensino de Sorocaba;
- Conscientizar as crianças e os adolescentes sobre a importância da prática esportiva como atividade relevante para o bem estar individual e coletivo;
- Estimular a educação cidadã por meio da prática saudável do esporte educacional.

Público atendido

Estudantes do Ensino Fundamental Anos Iniciais (3º, 4º e 5º) e Finais (6º, 7º, 8º e 9º ano).



Desenvolvimento

O projeto, desenvolvido nas Escolas Municipais que fizer adesão e que atender ao Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, contemplarão os estudantes devidamente matriculados nas instituições educacionais. O período de realização será das 11h30 às 12h20 (1h/aula) e 12h20 às 13h10 (1h/aula) nos anos iniciais e, das 12h20 às 13h10 (1h/aula) nos anos finais.

A adesão das escolas se dá por meio da apresentação de projetos, em diferentes modalidades esportivas. O projeto deverá ser apresentado pelos professores(as) de Educação Física efetivos na unidade escolar, validado pelo(a) diretor(a) de escola e encaminhado à Secretaria da Educação, especificamente ao(a) coordenador(a) técnico do projeto, para conhecimento e acompanhamento do desenvolvimento das ações.

As aulas do projeto são atribuídas como carga suplementar aos(às) professores(as) de Educação Física efetivos da rede municipal de ensino.

Os recursos materiais serão adquiridos por meio de licitação e/ou pelo Fundo Rotativo da Escola (FRE). Estão previstas também, por meio do FRE, a locação de transporte para participação dos(as) estudantes nos eventos esportivos.

As ações formativas sobre o projeto seguirão o cronograma de formação em rede aos professores(as) de Educação Física sendo 04 formações no ano/ 01 por bimestre e serão abordados, dentre outros, os temas: pedagogia do esporte, esporte educacional e práticas da cultura corporal.

As modalidades serão definidas e divididas conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), no eixo temático esportes nas seguintes categorias: Esportes de Marca; Esportes de Precisão; Esportes Técnico-Combinatório; Esportes de rede/quadra dividida ou parede de rebote; Esportes de campo e taco; Esportes de invasão ou territorial; Esportes de combate e demais práticas da cultura corporal do movimento humano.



13.8 Projeto Lugares de Ler

O Projeto Lugares de Ler visa a criação de espaços de leitura e de mediação literária nas escolas da Rede Municipal de Sorocaba.

É notório que a realidade atual vem afastando cada vez mais os estudantes da leitura, de modo que faz-se necessário a criação e resgate de espaços que proporcionem a leitura literária. A literatura é fundamental na ampliação da consciência do mundo, como uma maneira de possibilitar às crianças contato com temas inexplorados e experiências não vivenciadas, com a delicadeza e o distanciamento que não seriam possíveis em uma situação real. No processo de construção e reconstrução das narrativas, quando se internaliza o que se recebe de conexões e interações com a linguagem, descobre-se o eu e o outro, associado às dores e alegrias apresentadas pelos livros. Nomear o inominável é uma construção que pode ser alicerçada na Literatura.

O Lugares de Ler é um projeto que traz a possibilidade, aos estudantes, de vivenciar experiências que propiciem e solidifiquem os conhecimentos significativos de seu processo de aprendizagem e também oportunize momentos que possam despertar o gosto pela leitura e o amor ao livro.

Além de possibilitar a criação de espaços de leitura e de mediação literária nas escolas, o projeto proporciona aos estudantes e docentes, por meio da Literatura, a ampliação do repertório pessoal e cultural, garantindo uma formação crítica e emancipadora.

Dessa forma, Lugares de Ler são espaços e tempos organizados nas instituições escolares que visam fomentar a leitura literária, a partir das intencionalidades pedagógicas previstas no Projeto Político Pedagógico de cada escola, assim como no planejamento de cada professor e/ou equipe escolar.

Cabe à Secretaria da Educação:

- Atribuir aos(as) professores(as) as cargas suplementares;
- Possibilitar a formação mensal do(a) professor(a);
- Alinhar as ações do projeto no âmbito da rede municipal de ensino;
- Acompanhar e avaliar o projeto;
- Acompanhar os portfólios do desenvolvimento das atividades.



Cabe ao Suporte Pedagógico:

- Acompanhar o desenvolvimento do Projeto;
- Avaliar o(a) professor(a) atribuído de forma contínua e sistemática, cessando a carga, caso se faça necessário, diante do não cumprimento satisfatório de suas atribuições;
 - Oportunizar momentos de diálogo entre a equipe escolar e os professores do Projeto;
 - Avaliar o planejamento, assim como os portfólios do trabalho desenvolvido, realizando apontamentos pedagógicos;
 - Informar a Secretaria da Educação, quaisquer dificuldades enfrentadas em relação a execução do Projeto e/ou desempenho do(a) professor(a) atribuído(a).

Cabe ao(a) Professor(a):

- Atuar como mediadores do Projeto Lugares de Ler na unidade escolar;
- Elaborar o Plano de Trabalho do projeto, com a equipe escolar, conforme o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar e orientações da Secretaria da Educação, incluindo o cronograma de atendimento aos estudantes e encaminhar até o dia 10 de abril;
 - Desenvolver ações que fomentem as vivências e o hábito leitor dos(as) estudantes e da comunidade;
 - Realizar as atividades do Projeto em parceria com a equipe gestora e professores(as) da unidade escolar;
 - Participar de ações formativas oferecidas pela Secretaria da Educação, conforme descrito neste comunicado;
 - Criar ferramentas com o objetivo de promover a análise e avaliação das ações desenvolvidas na unidade escolar que atua;
 - Organizar e manter o espaço e o acervo do Projeto Lugares de Ler (em HTP's);
 - Organizar, na escola, práticas e ambientes de leitura alternativos;
 - Encaminhar planejamento e registros das atividades realizadas mensalmente para equipe da Secretaria da Educação;
 - Incentivar a visita participativa dos(as) professores(as) da escola à sala ou ao ambiente de leitura, para utilização em atividades pedagógicas;



- Promover e executar ações inovadoras, que incentivem a leitura e a construção de canais de acesso a universos culturais mais amplos;
- Outras ações orientadas pela Secretaria da Educação.

13.9 Rede de Proteção

A Secretaria da Educação vem estreitando os vínculos com os serviços e equipamentos responsáveis por estabelecer a Rede de Proteção dos estudantes e suas famílias.

A escola tem papel fundamental para garantir e assegurar os direitos dos alunos, sendo um dos mais importantes, acesso e permanência na escola. O fortalecimento do canal direto com o Conselho Tutelar por meio do link de encaminhamento das faltas excessivas e orientação de encaminhamentos para outros casos para auxiliar a escola com as providências necessárias podem ser consultadas na Cartilha produzida pelo próprio Conselho.

- **Leste / Sul:** <https://forms.gle/Y4FHAdv1LNAFrUDy7>
- **Norte:** <https://forms.gle/1LdUerPHYArvAiD56>
- **Oeste:** <https://forms.gle/veDzkKfBztaPJyMJ7>
- **Livreto Conselho Tutelar:** [Livreto CT.pdf](#)

O serviço da Escuta Especializada realizada pelo GPACI agregou muito na proteção das crianças quanto à violação de direitos e violências sofridas em diversos âmbitos: física, psicológica, sexual, racial, testemunha de violência. Para tanto, quando houver suspeita ou relato no ambiente escolar, qualquer membro da equipe poderá preencher o formulário de encaminhamento e enviar à Escuta Especializada, que fará a análise e dará prosseguimento no processo.

- Fluxo: [Fluxo EE-SGD Protocolo EE.xlsx](#)



Referências

AÇÃO EDUCATIVA et al. (Coord.). **Indicadores de qualidade na educação**. São Paulo: Ação Educativa, 2013. 4.ed.

BONDÍA, J. L. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência**. Tradução João Wanderley Geraldi. Revista Brasileira de Educação, n. 19, p. 20-28, jan./fev./mar./abr. 2002. Disponível em:
<<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n19/n19a03.pdf> > Acesso em: 16 dez. 2022.

BOURDIEU, P. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura**. In: Nogueira, M. A. & CATANI, M. (orgs). Escritos de Educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 ago. 1981. Disponível em:
<[_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 out. 1988. \[Versão atualizada até a emenda n. 103, de 12 nov. 2019\]. Disponível em:
<\[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm\]\(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm\) >. Acesso em: 16 dez. 2022.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.938%2C%20DE%2031%20DE%20AGOSTO%20DE%201981text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional,Lei%2C%20com%20a%20fundamento%20no%20%20art.>. Acesso em: 16 dez, 2022.</p></div><div data-bbox=)

_____. **Lei n. 8.069, de 17 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990 – Seção I. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 16 dez. 2022.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 16 dez. 2022.

_____. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm > . Acesso em: 16 dezembro. 2022.

_____. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm> . Acesso em: 16 dez. 2022.



_____. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Estabelece a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em: 16 dez. 2022.

_____. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014 – Edição Extra. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 16 dez. 2022.

_____. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em: 19 dez. 2022.

_____. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002.** Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm> . Acesso em: 19 dez. 2022.

_____. **Ministério da Educação. Portaria n. 931, de março de 2005.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. Brasília: MEC, 2005.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 11/2000 e Resolução CNE/CEB nº 01/2000 –** Diretrizes Nacionais para Educação de Jovens e Adultos. 2000.

_____. **Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº05, de 17 de dezembro de 2009.** Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF, 17 dez. 2009. Disponível em: <http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf> Acesso em: 19 dez. 2022.

_____. **Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 4/2010, de 13 de julho de 2010.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824.

_____. **Ministério da Educação. Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017 (*).** Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. MEC, Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP22_DEDEZEMBRODE2017.pdf> Acesso em 19 dez. 2022.



_____. **Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 7/2010, de 4 de abril de 2010.** Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de julho de 2010, Seção 1, Pág.10.

_____. **Ministério da Educação. Resolução CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020.** Disponível em:
<<https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13511-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-6,-de-08-de-maio-de-2020>>. Acesso em 19 dez. 2022.

_____. **Ministério da Educação. Parecer CNE nº 5/2020, de 29 de maio de 2020.** Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192> . Acesso em 19 dez. 2022.

_____. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.

_____. MEC/SEB/DICEI. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** In: Brasil. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 496-513.

_____. MEC/SEB. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Organização do Trabalho Pedagógico /** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2014. p. 72.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Elementos conceituais e metodológicos para definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento do ciclo de alfabetização (1, 2 e 3 anos)** do Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEB, 2012.

_____. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Currículo na perspectiva da inclusão e da diversidade: as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e o ciclo de alfabetização.** Caderno 01 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015. p. 96.



_____. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria Executiva. Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC, Brasília, DF, 2017. Disponível em:
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf> Acesso em 19 dez. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Plano de ações Articuladas (PAR)**: instrumento de campo. Brasília. MEC, Secretaria Executiva, s/d.

_____. Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. ed., rev. e atual. – Brasília, 2011. 100 p. Disponível em: <https://www.urbs.curitiba.pr.gov.br/pdf/ acessibilidade/Convencao_PessoascomDeficiencia.pdf>. Acesso em 19 dez. 2022.

BUENO, Salvador Toro; RESA, Juan A. Zarco. **Educación Física para niños y niñas con necesidades educativas especiales**. Málaga: Aljibe, 1995.

CAMPOS, Maria Malta. **Crítérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg. 6.ed. Brasília: MEC, SEB, 2009.

CERASOLI, J.F. **As novas tecnologias e a intensificação do trabalho docente na universidade**. *Educação e Filosofia*, v. 24, n. 47, p. 171-190, jan./jun. 2010. Disponível em:
<<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/7420/4743>>. Acesso em 19 dez. 2022.

CHICON, José Francisco. Educação física na escola: caminhos para a inclusão. In: MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia (orgs.). **Educação especial inclusiva**: Legados históricos e perspectivas futuras. São Carlos, SP: Marquezini & Manzini: ABPEE, 2015, p. 209-224.

COROACY, Joana. **O planejamento como processo**. In Revista Educação, Ano I, nº4. Brasília, 1972.

CURY, C. R. J. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. In: Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Autores Associados, N. 116, p. 245-262, jun. 2002.

_____. **A Educação Básica como Direito**. Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 134, maio/ago. 2008. p. 293-303.

DALBEN, Ângela I. Loureiro de Freitas. **Conselhos de Classe e Avaliação**: Perspectivas na Gestão Escolar. Campinas: Papyrus, 2004.



DARIDO, Suraya Cristina. Temas transversais e a educação física escolar. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. **Caderno de formação**: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 76-89, v. 16. Disponível em <<http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/41550>> . Acesso em: 12 ago 2016. Acesso em 19 dez. 2022.

EDWARDS, Carolyn, FORMAN George, GANDINI Leila. **As cem linguagens da criança**. Porto Alegre, Penso Editora, 2012.

ESTEBÁN, M. T. **Avaliação**: momento de discussão da prática pedagógica. In: GARCIA, R. L.(org.). Alfabetização dos alunos das classes populares. São Paulo: Cortez, 1997.

FOCHI, Paulo Sergio. **Afinal, o que os bebês fazem no berçário? comunicação, autonomia e saber-fazer de bebês em um contexto de vida coletiva**. Porto Alegre: Penso, 2015.

_____. **Abordagem da documentação pedagógica na investigação praxiológica de contextos de educação infantil**. 2016. 217 f. Relatório de qualificação de tese (Doutorado em Educação) – Universidade.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Edição de João Barreto. Porto: Afrontamento, 1972.

_____. **Pedagogia da Indignação**. São Paulo: UNESP, 2000.

FREITAS, L. C. [et. Al.]. **Avaliação Educacional**: caminhando pela contramão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FUSARI, José Cerchi. **A Educação do Educador em Serviço**: o Treinamento de Professores em Questão. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1988.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. **Educação especial no contexto de uma educação inclusiva**. In: GLAT, R. (Org.). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Ed. Sette Letras, 2007a.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; FONTES, Rejane de Souza. **Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade**. Educação, Centro de Educação: UFSM, v. 32, n. 02, 2007b. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/678>>. Acesso em 19 dez. 2022.

GUZZO, R. S. L; TIZZEI, R. P. **Olhar sobre a criança**: perspectiva de pais sobre o desenvolvimento. In: GUZZO R. S.L, et al. **Desenvolvimento infantil**: família, proteção e risco. Campinas, SP: Alínea, 2007.p.35-57.



GUZZO, R. S. L. et al. **Práticas Promotoras de Mudanças no Cotidiano da Escola Pública: Projeto Ecoar**. Revista de Psicologia da IMED, Passo Fundo, vol. 11, n.1, p. 153-167, janeiro-junho, 2019.

HOYUELOS, Alfredo. **A estética no pensamento e na obra de Loris Malaguzzi / Alfredo Hoyuelos**; tradução Bruna Heringer de Souza Villar; - 1. ed. São Paulo : Phorte, 2020.

LIMA, Erisevelton Silva. **O diretor e as avaliações praticadas na escola**. Brasília-DF: Kiron, 2012.

JACOBI, P. **Educação e meio ambiente**: transformando as práticas. Revista Brasileira de Educação Ambiental, nº0. Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2004. Disponível em:< <http://27reuniao.anped.org.br/gt22/t2211.pdf>> Acesso em 19 dez. 2022.

LAGAR, Fabiana; SANTANA, Bárbara Beatriz de; DUTRA, Rosimeire. **Conhecimentos Pedagógicos para Concursos Públicos**. 3. ed. – Brasília: Gran Cursos, 2013.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004. 243p.

LAPOUJADE, David. **Existências Mínimas**, São Paulo, N-1 Edições, 2017.

LEITE, S. A. da S. Bases teóricas do grupo do afeto. In LEITE, S. A. da S. (Org.). **Afetividade: As marcas do professor inesquecível**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo, Cortez, 1994.

_____. **Organização e Gestão da Escola** – Teoria e Prática, SP: Heccus Editora, 2018a, p.127.

LIBÂNEO, José Carlos et. al. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. Coleção Docência em Formação. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira. **A pesquisa**: repercussões de políticas educacionais na escola e na sala de aula. In: _____. Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, p. 23-44, 2018b.

LIBÂNEO, José Carlos. FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira (Org.). **Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018c.

LIEBERMAN, Lauren J. **Strategies for Inclusion**: a handbook for Physical Educators. Champaign: Human Kinetics, 2002.



LIMA, Erisevelton Silva. **O diretor e as avaliações praticadas na escola.** Brasília-DF: Kiron, 2012.

LITWIN, Edith (Org.) **Tecnologia Educacional:** política, histórias e propostas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MAUDONNET, J. **Adaptação acolhedora.** 2010. Disponível em:
<<http://pedagogiacomainfancia.blogspot.com/2010/05/adaptacao-x-acolhimento-ou-adaptacao.html>>. Acesso em: 19 dez. 2012.

MELLO Suely Amaral, BARROS, Maria Carmen Silveira e FARIA, Ana Lúcia Goulart de. **Documentação Pedagógica:** teoria e prática. São Carlos: Pedro e João Editores. 2017.

MUNSTER, Mey de Abreu van. Educação física especial e adaptada. In: Centro Universitário Claretiano de Batatais (SP). **Caderno de referência de conteúdo:** unidade 2 e 3. Batatais, SP: Centro Universitário Claretiano, 2011.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

ORTIZ, Gisele. **Adaptação e Acolhimento:** Um cuidado inerente ao projeto educativo da instituição e um indicador de qualidade do serviço prestado pela instituição. 2000. Disponível em:
<<https://docplayer.com.br/349348-Adaptacao-e-acolhimento-um-cuidado-inerente-ao-projeto-educativo-da-instituicao-e-um-indicador-de-qualidade-do-servico-prestado-pela-instituicao.html>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

PAULA, B.B. et al. **Análise da crescente influência da cultura maker na educação:** revisão sistemática de literatura. Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico, v.7, e134921, 2021.

PESSOTTI, Isaias. **Deficiência mental:** da superstição à ciência. São Paulo: EDUSP, 1984. 204p.

PINAZZA, Mônica Apezzato; FOCHI, Paulo Sérgio. **Documentação Pedagógica:** observar, registrar e (re)criar significados. Revista Linhas. Florianópolis, v. 19, n. 40, p. 184-199, maio/ago.2018.

PINO, A. **As Marcas do Humano. Às origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski.** 01. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

PINO, A. **Violência, Educação e Sociedade: Um Olhar Sobre o Brasil Contemporâneo.** Campinas: Educação e Sociedade, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 763-785, out. 2007. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0728100.pdf>>. Acesso em 19 dez.2022.

PINTO, M.; SARMENTO, M.J. (Coord.). **As crianças:** contextos e identidades. Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 1997.



PUCCI, Bruno. **A escola e a semiformação mediada pelas novas tecnologias**. Piracicaba: PPGE/UNIMEP, Congresso Internacional Teoria Crítica e Educação, 2004. Disponível em:
<<https://silو.tips/download/a-escola-e-a-semiformacao-mediada-pelas-novas-tecnologias>> Acesso em: 19 dez. 2022.

RODRIGUES, D. (Org.). **Atividade motora adaptada: a alegria do corpo**. São Paulo: Artes Médicas, 2006.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 6ª Edição. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. Campinas: Editora Autores associados, 199 p.

SHERRILL, C. **Adapted physical activity, recreation and sport: cross disciplinary and lifespan**. 5. ed. Boston: McGraw-Hill, 1998.

SILVA, F. D. A. **Planejamento e avaliação educacional no exercício profissional docente**. Revista Partes, São Paulo, ago., 2008.

SÃO PAULO(SP). Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Paulista**. São Paulo: SEE, 2019.

SOROCABA(SP). **Lei nº 7854, de 16 de agosto de 2006**, da Câmara Municipal de Sorocaba. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a política municipal de educação ambiental e dá outras providências. 2006. Disponível em:
<<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sorocaba/lei-ordinaria/2006/785/7854/lei-ordinaria-n-7854-2006-dispoe-sobre-a-educacao-ambiental-institui-a-politica-municipal-de-educacao-ambiental-e-da-outras-providencias>> Acesso em: 19 dez. 2022.

_____. **Lei nº 9.483, de 23 de fevereiro de 2011**. Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao bullying escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas municipais de educação básica, 2011.

_____. **Lei nº 9.515, de 23 de março de 2011**. Dispõe sobre a notificação compulsória de casos de “bullying” pelas escolas públicas municipais e dá outras providências. 2011.

_____. **Lei nº 11.133, de 25 de junho de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação - PME do Município de Sorocaba. Jornal Município de Sorocaba, Sorocaba, SP, 26 jun. 2015, p. 5-9. Disponível em:
<<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sorocaba/lei-ordinaria/2015/1114/11133/lei-ordinaria-n-11133-2015-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-pme-do-municipio-de-sorocaba>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

_____. **Lei Municipal nº 10.799, de 6 de maio de 2014**. Dispõe sobre a obrigação dos estabelecimentos de ensino municipais em manterem em sua merenda alimentação diferenciada e adequada aos alunos portadores de diabetes e dá outras providências. 2014. Disponível em:
<<http://www.camarasorocaba.sp.gov.br/propositura.html?id=5e3f0e0905d7040f28b452b6&print=1>> Acesso em: 19 dez. 2022.



_____. **Lei Ordinária nº 11.797 de 01 de outubro de 2018.** Dispõe sobre a proibição de alimentos do tipo embutidos na alimentação escolar e dá outras providências. 2018. Disponível em:
<<http://www.camarasorocaba.sp.gov.br/propositura.html?id=5e3f0e0c05d7040f28b4570b>> Acesso em: 19 dez. 2022.

_____. **Leis Municipais nº 11.322, de 16/05/2016 e nº 12.010, de 29/05/2019.** Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação do cardápio da merenda escolar. 2016. Disponível em:
<<http://www.camarasorocaba.sp.gov.br/propositura.html?id=5e3f0e0d05d7040f28b457fa>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

_____. Secretaria da Educação. **Marco Referencial da Rede de Ensino Municipal.** Sorocaba: SEDU, 2017. Disponível em:
<<https://educacao.sorocaba.sp.gov.br/cadernos/wp-content/uploads/sites/3/2019/03/marcoreferencial2016.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

_____. Secretaria da Educação. **Caderno de Orientações SEDU nº 01.** Diretrizes do Conselho de Classe/ Ano/ Série/ Termo da rede Municipal de Sorocaba. Sorocaba: SEDU, 2014. Disponível em:
<<https://educacao.sorocaba.sp.gov.br/cadernos/wp-content/uploads/sites/3/2019/03/caderno-01.pdf>> . Acesso em: 19 dez. 2022.

_____. Secretaria da Educação. **Caderno de Orientações SEDU nº 03.** Diretrizes pedagógicas para escola de Ensino Fundamental Integral. Sorocaba: SEDU, 2016. Disponível em:
<<https://educacao.sorocaba.sp.gov.br/cadernos/wp-content/uploads/sites/3/2019/03/caderno-03.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

_____. Secretaria da Educação. **Caderno de Orientações SEDU nº 04.** Diretrizes para Documentação Pedagógica na Educação Infantil da Rede Municipal de Sorocaba. Sorocaba: SEDU, 2016. Disponível em:
<<https://educacao.sorocaba.sp.gov.br/cadernos/wp-content/uploads/sites/3/2019/03/caderno-04.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

_____. Secretaria da Educação. **Caderno de Orientações SEDU nº 05.** Diretrizes para construção do Projeto Político pedagógico nas instituições educacionais de Sorocaba. Sorocaba: SEDU, 2015. Disponível em:
<<https://educacao.sorocaba.sp.gov.br/cadernos/wp-content/uploads/sites/3/2019/03/caderno-05.pdf>> . Acesso em: 19 dez. 2022.

STRENZEL, Giandréa R. **A Educação Infantil na Produção dos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil:** Indicações Pedagógicas para a Educação da Criança de 0 a 3 anos. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

TEBET, Gabriela. **Estudo de bebês e diálogos com a sociologia.** São Carlos: Pedro e João Editores, 2019.



TIRIBA, Lea. Prefácio. In: BARROS, Maria Isabel Amando de (Org.).

Desemparedamento da infância: a escola como lugar de encontro com a natureza. 2 ed. Rio de Janeiro: Instituto Alana/Criança e Natureza, 2018.

VEIGA, I.V. (org). **Lições de Didática**. São Paulo: Papyrus, 2006.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. 8ª ed. Campinas: Papyrus, 2010.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de F. (org.). Virando a escola do avesso por meio da avaliação. Coleção Magistério: **Formação e Trabalho Pedagógico**. 2ªed. Campinas: Papyrus, 2011.



Calendário Escolar 2023

Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais - Versão Preliminar

CALENDÁRIO ESCOLAR – 2023																																		
Prefeitura de SOROCABA														Secretaria da Educação																				
Janeiro 2023							Fevereiro 2023							Março 2023							Abril 2023													
Dom	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.	Dom	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.	Dom	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.	Dom	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31				
8	9	10	11	12	13	14	5	6	7	8	9	10	11	5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8							
15	16	17	18	19	20	21	12	13	14	15	16	17	18	12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15							
22	23	24	25	26	27	28	19	20	21	22	23	24	25	19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22							
29	30	31					26	27	28					26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29							
																					30													
Dias letivos:0 Dias não letivos:31							Dias letivos:15 Dias não letivos: 13							Dias letivos: 23 Dias não letivos:8							Dias letivos: 17 Dias não letivos:13													
Maio 2023							Junho 2023							Julho 2023							Agosto 2023													
Dom	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.	Dom	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.	Dom	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.	Dom	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.							
	1	2	3	4	5	6					1	2	3							1														
7	8	9	10	11	12	13	4	5	6	7	8	9	10	2	3	4	5	6	7	8	6	7	8	9	10	11	12							
14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17	9	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19							
21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24	16	17	18	19	20	21	22	20	21	22	23	24	25	26							
28	29	30	31				25	26	27	28	29	30		30	31						27	28	29	30	31									
Dias letivos: 22 Dias não letivos: 9							Dias letivos: 20 Dias não letivos:10							Dias letivos: 11 Dias não letivos:20							Dias letivos: 21 Dias não letivos:10													
Setembro 2023							Outubro 2023							Novembro 2023							Dezembro 2023													
Dom	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.	Dom	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.	Dom	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.	Dom	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.							
					1	2	1	2	3	4	5	6	7				1	2	3	4							1	2						
3	4	5	6	7	8	9	8	9	10	11	12	13	14	5	6	7	8	9	10	11	3	4	5	6	7	8	9							
10	11	12	13	14	15	16	15	16	17	18	19	20	21	12	13	14	15	16	17	18	10	11	12	13	14	15	16							
17	18	19	20	21	22	23	22	23	24	25	26	27	28	19	20	21	22	23	24	25	17	18	19	20	21	22	23							
24	25	26	27	28	29	30	29	30	31					26	27	28	29	30			24	25	26	27	28	29	30							
																					31													
Dias letivos: 19 Dias não letivos:11							Dias letivos: 19 Dias não letivos:12							Dias letivos:18 Dias não letivos:12							Dias letivos:15 Dias não letivos:16													

<ul style="list-style-type: none"> Férias Docentes Feriado/ Ponto Facultativo Reunião de equipe (não letivo) Planejamento (não letivo) Início do ano letivo/ escola aberta RAEA (escolher um dia) RAAEI (escolher um dia) Conselho de classe/ano/termo Reunião do Conselho de Escola 	<ul style="list-style-type: none"> Reunião da APM conforme estatuto RAVEE Recesso Escolar RAEA Avaliação institucional Divulgação de Resultados Finais Reconsideração e recurso Término do ano letivo
---	--

Calendário 2023	
Dias Letivos	Dias não Letivos
200	165

Período Letivo	
Início	Fim
03/02/2023	21/12/2023

Unidades Letivas		
Unidade Letiva	Início	Fim
1º Bimestre	03/02/2023	28/04/2023
2º Bimestre	02/05/2023	07/07/2023
3º Bimestre	24/07/2023	29/09/2023
4º Bimestre	02/10/2023	21/12/2023

Dias Letivos por Unidade Letiva	
Unidade Letiva	Quantidade de Dias Letivos
1º Bimestre	55
2º Bimestre	47
3º Bimestre	46
4º Bimestre	52



Calendário Escolar 2023 - EJA

Educação de Jovens e Adultos - Versão Preliminar

CALENDÁRIO ESCOLAR – 2023 - EJA																											
Prefeitura de SOROCABA														Secretaria da Educação													
Janeiro 2023							Fevereiro 2023							Março 2023							Abril 2023						
Dom	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.	Dom	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.	Dom	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.	Dom	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
1	2	3	4	5	6	7	5	6	7	8	9	10	11	5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8
8	9	10	11	12	13	14	12	13	14	15	16	17	18	12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15
15	16	17	18	19	20	21	19	20	21	22	23	24	25	19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22
22	23	24	25	26	27	28	26	27	28					26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29
29	30	31																			30						
Dias letivos:0 Dias não letivos:31							Dias letivos:15 Dias não letivos: 13							Dias letivos: 23 Dias não letivos:8							Dias letivos: 17 Dias não letivos:13						
Maio 2023							Junho 2023							Julho 2023							Agosto 2023						
Dom	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.	Dom	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.	Dom	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.	Dom	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
1	2	3	4	5	6		4	5	6	7	8	9	10	2	3	4	5	6	7	8	6	7	8	9	10	11	12
7	8	9	10	11	12	13	11	12	13	14	15	16	17	9	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19
14	15	16	17	18	19	20	18	19	20	21	22	23	24	16	17	18	19	20	21	22	20	21	22	23	24	25	26
21	22	23	24	25	26	27	25	26	27	28	29	30		23	24	25	26	27	28	29	27	28	29	30	31		
28	29	30	31											30	31												
Dias letivos: 22 Dias não letivos: 9							Dias letivos: 20 Dias não letivos:10							Dias letivos: 11 Dias não letivos:20							Dias letivos: 21 Dias não letivos:10						
Setembro 2023							Outubro 2023							Novembro 2023							Dezembro 2023						
Dom	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.	Dom	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.	Dom	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.	Dom	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
				1	2		1	2	3	4	5	6	7				1	2	3	4					1	2	
3	4	5	6	7	8	9	8	9	10	11	12	13	14	5	6	7	8	9	10	11	3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16	15	16	17	18	19	20	21	12	13	14	15	16	17	18	10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23	22	23	24	25	26	27	28	19	20	21	22	23	24	25	17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30	29	30	31					26	27	28	29	30			24	25	26	27	28	29	30
																					31						
Dias letivos: 19 Dias não letivos:11							Dias letivos: 19 Dias não letivos:12							Dias letivos:18 Dias não letivos:12							Dias letivos:15 Dias não letivos:16						

<ul style="list-style-type: none"> Férias Docentes Feriado/ Ponto Facultativo Reunião de equipe (não letivo) Planejamento (não letivo) Início do ano letivo/ escola aberta RAEA (escolher um dia) RAAEI (escolher um dia) Conselho de classe/ano/termo Reunião do Conselho de Escola 	<ul style="list-style-type: none"> Reunião da APM conforme estatuto RAVEE Recesso Escolar RAEA Avaliação institucional Divulgação de Resultados Finais Reconsideração e recurso Término do ano letivo
---	--

Calendário 2023	
Dias Letivos	Dias não Letivos
182	183

Período Letivo	
Início	Fim
06/03/2023	21/12/2023

Unidades Letivas		
Unidade Letiva	Início	Fim
1º Bimestre	06/03/2023	28/04/2023
2º Bimestre	02/05/2023	07/07/2023
3º Bimestre	24/07/2023	29/09/2023
4º Bimestre	02/10/2023	21/12/2023

Dias Letivos por Unidade Letiva	
Unidade Letiva	Quantidade de Dias Letivos
1º Bimestre	37
2º Bimestre	47
3º Bimestre	46
4º Bimestre	52